

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA**

**DISPUTA POLÍTICA E APOIO CIVIL AO GOLPE DE
1964 NO LEGISLATIVO DE SANTA MARIA – RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO

Guilherme Catto

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**DISPUTA POLÍTICA E APOIO CIVIL AO GOLPE DE 1964 NO
LEGISLATIVO DE SANTA MARIA – RS**

Guilherme Catto

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Curso de História –
Bacharelado e Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria,
como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em História**.

Orientador: André Átila Fertig

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de História – Bacharelado e Licenciatura Plena**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de
Graduação

**DISPUTA POLÍTICA E APOIO CIVIL AO GOLPE DE 1964 NO
LEGISLATIVO DE SANTA MARIA – RS**

Elaborado por
Guilherme Catto

Como requisito parcial para a obtenção de grau de
Bacharel em História.

COMISSÃO EXAMINADORA:

André Átila Fertig, Dr.
(Presidente/Orientador)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Glaucia Viera Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 14 de janeiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

O manual que me auxiliou na produção desse Trabalho de Conclusão de Graduação fala que os agradecimentos devem ser hierárquicos. Então, nada mais justo que começar agradecendo minha família: meu pai Adilson, minha mãe Ines e meu irmão Leonardo, que são os primeiros na hierarquia da minha vida. Tenho tanto a agradecer aos meus pais que não caberia aqui. Agradeço, então, principalmente as possibilidades que eles me proporcionaram durante toda a minha vida para que eu me formasse humana e intelectualmente. A eles devo tudo que eu sou.

Agradeço também aos meus amigos que tanto me ajudaram desde os primeiros anos de curso até esse derradeiro 2013. Agradeço principalmente a esses que me aguentaram e apoiaram das mais diferentes formas nesse ano de ansiedade e angústia. Agradeço o companheirismo do Moiano, que sempre fez de tudo pra dar forças, mesmo lá de Santiago, a Macondo brasileira; agradeço à Ananda por estar sempre aqui quando precisei; agradeço a Izadora por me erguer quando as coisas pareciam difíceis; agradeço à Anelise pela paciência com os meus chilikues e as conversas que tanto me serviram para pensar este TCG; agradeço aos amigos que tornaram toleráveis esses últimos anos frequentando o prédio 74, especialmente à Gabi Rotilli, à Izadora e à Camila Wolpato. Agradeço à Manu, à Letícia, à Pamela e à Ju pelos “botecos” e “Jakys” que me desopilaram nesses últimos momentos. Obrigado “Teteu” Christo, Tathi, Iza Greff, Lulu, Lela, entre tantos que participaram dessa trajetória. Infelizmente não tem espaço pra falar de cada um em especial.

Essa ideia da MDT de fazer agradecimentos hierárquicos não funciona, pois cheguei ao final e preciso agradecer a pessoas também muito importantes. Portanto, muito obrigado a esses que tanto contribuíram nessa formação: à Prof.^a Beatriz Weber que me oportunizou a primeira experiência de pesquisa; ao Prof. Diorge e à Prof.^a Gláucia pela inspiração tanto para o tema da monografia quanto para a necessidade de sempre se manter lutando; ao Prof. Farinatti pelas ótimas conversas que me ajudaram a continuar no curso e pela confiança e estímulo na minha vida acadêmica. Também ao Prof. André Fertig, que numa quarta-feira em março de 2008 deu a primeira aula que assisti no Curso de História e que agora aceitou me orientar para essa conclusão. Infelizmente o espaço é pouco: gostaria de agradecer também ao Prof. Almir; à Prof.^a Neida; ao Prof. Iran; ao Prof. Armani...

A todos vocês, meu muito obrigado!

Um presidente prometeico, entrincheirado em seu palácio em chamas, morreu lutando sozinho contra um exército inteiro [...]. Numerosas mulheres presas grávidas deram à luz em cárceres argentinos [...]. Por não querer que as coisas continuem assim, morreram cerca de duzentas mil mulheres e homens em todo o continente [...].

[...]

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela realidade desafortada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação, porque para nós o maior desafio foi a insuficiência de recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável. Este é, amigos, o nó da nossa solidão.

(Gabriel García Márquez – 1982 – Discurso na Academia Sueca de Letras)

- E o que você esperava? – suspirou Úrsula. – O tempo passa.

- Pois é – admitiu Aureliano -, mas não tanto.

(Gabriel García Márquez)

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Graduação
Curso de História – Bacharelado e Licenciatura Plena
Universidade Federal de Santa Maria

DISPUTA POLÍTICA E APOIO CIVIL AO GOLPE DE 1964 NO LEGISLATIVO DE SANTA MARIA – RS

AUTOR: GUILHERME CATTO

ORIENTADOR: ANDRÉ ÁTILA FERTIG

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de janeiro de 2014.

O presente trabalho insere-se como uma contribuição para o debate acerca do apoio civil ao Golpe de 1964, tendo em vista a relevância do tema para a sociedade brasileira e a escassez de trabalhos que apontem como se manifestou esse apoio. Buscamos trabalhar tendo como fonte a Câmara Municipal de Santa Maria. Tentamos analisar como os vereadores da legislatura eleita em 1963 se portaram em relação às questões que surgiram a partir dos primeiros momentos do Golpe e da Ditadura. A metodologia empregada foi a Análise de Conteúdo e foram utilizadas perspectivas teóricas pensadas através da aproximação entre a História Política e a História Cultural. Os conceitos de Cultura Política e Imaginário foram base para a pesquisa. A partir dessas perspectivas, conseguimos mapear as Culturas Políticas da cidade, bem como entender a disputa entre imaginários na Câmara e como se estabeleceu o apoio ao Golpe. Chegamos à conclusão de que, no final da década de 1950, o bloco conservador se fortaleceu em Santa Maria, formando assim a maioria na Câmara em 1963. Esse bloco apoiou e tentou legitimar o Golpe através de um imaginário golpista e anticomunista em contraposição ao imaginário nacional-desenvolvimentista representado pelos vereadores do PTB.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar. Ditadura Civil-Militar. Cultura Política. Imaginário. Câmara de Vereadores de Santa Maria.

ABSTRACT

POLITICAL DISPUTE AND CIVILIAN SUPPORT TO 1964 COUP IN SANTA MARIA - RS LEGISLATURE

AUTHOR: GUILHERME CATTO

ADVISOR: ANDRÉ ÁTILA FERTIG

Date and dissertation defense: Santa Maria, January 14, 2014.

This work forms part as a contribution to the debate about civilian support to 1964 Coup, in view of the subject relevance to Brazilian society and the studies paucity that show how this support was manifested. We tried to work with the City Council of Santa Maria. We tried to analyze how the councilors of elected legislature in 1963 behaved in relation to the issues that emerged from the first moments of the Coup and the Dictatorship. The used methodology was content analysis and there were employed theoretical perspectives thought through rapprochement between Politics History and Cultural History. The concepts of Political Culture and Imaginary were the basis for this research. From these perspectives, we could map the city Political Culture, as well as understand the dispute between the imaginaries in the City Council and how the support of the coup was established. We conclude that at the end of the 1950s, the conservative bloc was strengthened in Santa Maria, thus forming the majority in the City Council in 1963. This block supported and tried to legitimize the coup through a coupist and anti-communist imaginary as opposition to national-developmental imaginary represented by PTB (Brazilian Labor Party) councilors.

Keywords: Civil-Military Coup. Civil-Military Dictatorship. Political Culture. Imaginary. City Council of Santa Maria.

LISTA DE SIGLAS

ADP – Ação Democrática Popular
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
PCB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PRP - Partido da Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDA – Partido Social Democrático Autonomista
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional
UPS – União Popular Santa-Mariense
UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eleições para a Assembleia do Estado em 1954, 1958 e 1962.....	25
Figura 2 – Eleições para vice-presidente em 1955 e 1960.....	26
Figura 3 – Contraposição democracia x comunismo no jornal <i>A Razão</i>	33
Figura 4 – “A estrela vermelha sobre a China”.....	33

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – <i>A Razão</i> de 3 de outubro de 1951.....	61
Anexo B – Ata 3/52, 4 de abril, p. 3. Manifestação vereador Pedro Veríssimo.....	62
Anexo C – Artigo no jornal <i>A Razão</i> clamando pela caça ao PTB.....	63
Anexo D – Convite para comício de encerramento da campanha Viero - Vitor Hugo.....	64
Anexo E – Apoio dos líderes Adhemaristas a Viero e Vitor Hugo.....	65
Anexo F – Ata com telegrama de cassação do prefeito e vice de Santa Maria.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INDÍCIOS DA CULTURA POLÍTICA SANTA MARIENSE	19
1.1. O Reordenamento Político	20
1.2. As “Câmaras” de Santa Maria	30
2. IMAGINÁRIOS EM DISPUTA	40
2.1. O Imediato Pós-Golpe	41
2.2. A “Legalização” do Golpe em Santa Maria	49
2.3. A Ditadura Ataca a Câmara	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

Os meses de março e abril de 1964 carregam consigo dias que determinaram a entrada do Brasil em um período cruel de nossa História. Quase 50 anos depois do Golpe Civil-Militar, muitas pesquisas, relatos e memórias se somam na busca de explicações e respostas para esses 21 anos de Ditadura. Obviamente os dias de março e abril são somente indícios de um processo muito maior, e tanto o Golpe quanto à própria Ditadura foram expressões dos interesses de uma parcela da população brasileira. Considera-se, assim como está dito em trabalho de Mateus Capssa Lima, de 2013, que a Ditadura instalada através do Golpe foi sustentada “por parte da sociedade organizada” (2013, p. 21). Portanto, o que ocorreu foi um Golpe Civil-Militar, assim como o que se seguiu foi uma Ditadura Civil-Militar¹.

Esta pesquisa procura contribuir para um tema que é carente de estudos: o apoio de civis ao Golpe Civil-Militar de 1964. Essa questão, que está referenciada em diversos autores, aparece na introdução do trabalho de Mateus Capssa Lima, de 2013. Segundo o autor, mesmo que se saiba da importância dos civis no processo, a historiografia

pouco reflete a importância desses movimentos sociopolíticos liberais e conservadores. Na extensa bibliografia recolhida por Carlos Fico na obra *Além do Golpe*, publicada em 2004, fica clara a disparidade na produção: enquanto temos 94 títulos, entre teses, artigos e livros, classificados como “Esquerda, Resistência, Luta Armada”, temos sete cujo tema é classificado como “Empresários” e três sobre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). (2013, p. 23)

Tal fato, também, é abordado por Carla Rodeghero: ao procurar fontes bibliográficas sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul para a produção de um texto mais geral sobre o assunto, a historiadora fala em uma “quase inexistência de estudos” e também em “dificuldades relacionadas à falta de estudos monográficos sobre a ditadura no estado”. (2008, p. 1). Podemos, a partir desses comentários de Carla Rodeghero, perceber que a historiografia sobre a Ditadura no Rio Grande do Sul conta com número reduzido de trabalhos e pesquisas. Dessa forma, esse trabalho de conclusão de graduação se justifica a partir do momento em que serve para preencher duas dessas tantas lacunas: a falta de monografias sobre a Ditadura no Rio Grande do Sul e também a falta de trabalhos a respeito da atuação dos civis no Golpe Civil-Militar de 1964.

¹ O trabalho que pela primeira vez abordou o apoio da sociedade civil ao Golpe foi de René Dreifuss: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

Em meio a essas faltas, podemos encontrar, entretanto, alguns trabalhos que se voltaram para a atuação dos civis no Golpe e na Ditadura no Rio Grande do Sul. São exemplos as Dissertações de Mestrado de Rafael Fantinel Lameira e Mateus da Fonseca Capssa Lima, ambas defendidas em 2013. Lameira trata da consolidação do Golpe a partir da atuação dos movimentos sociais e políticos liberais-conservadores, trabalhando, assim, com o anticomunismo propagado pela Igreja Católica e pela Imprensa; a atuação do que ele chama de “vanguarda política” das classes conservadoras: as autoidentificadas *classes produtoras*; além da atuação político-institucional dos partidos conservadores no âmbito da Assembleia Legislativa. Já Lima trata da ação do Movimento Estudantil em Santa Maria entre os anos de 1964 e 1968, considerando-o como o espaço de expressão também dos grupos conservadores apoiadores do Golpe e da Ditadura.

Diante desses aspectos, essa pesquisa procura verificar se houve e como se manifestou e estabeleceu o apoio civil ao Golpe na cidade de Santa Maria, especialmente entre os vereadores que compunham o Legislativo, em 1964. Nosso principal objeto de estudo são as Atas das sessões da Câmara Municipal de Vereadores e as disputas que nela ocorreram nos períodos imediatamente posteriores ao Golpe. A escolha dessa Instituição delimitou nossa análise para a leitura das posições e perspectivas tomadas pelos parlamentares naquele período em relação ao momento em que viviam. Consideramos essas disputas como um embate entre *imaginários*. No entanto, mesmo que as fontes principais estejam relacionadas à Câmara, procuramos trabalhar com outras fontes que possibilitassem uma leitura mais ampla e em diferentes escalas do contexto em que estava inserido nosso objeto. Concomitantemente ao uso das comunicações dos vereadores encontradas nas atas, fazemos uso de resultados eleitorais presentes em obra publicada, em 1995, por Hélió Trindade e Maria Izabel Noll², como também de notícias, artigos e editoriais do jornal *A Razão*, de modo a complementar, contrapor e problematizar o que aparece nas fontes principais.

Partimos de uma perspectiva que surge com a renovação da História Política. Novas formulações teóricas foram possíveis através da retomada desse campo da História, agora afastado dos moldes da História do século XIX, e aproximado a outras ciências, principalmente a Antropologia. Foram pensadas, a partir dessa renovação, novas formas de enxergar os processos políticos, as instituições e até mesmo as relações de poder. Conceitos

² TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

como os de *cultura política*³ e *imaginário social*, estão no cerne de nossa pesquisa. São elementos que saem da síntese entre a História Política e Antropologia; capazes de proporcionar uma leitura do passado, tendo como base aspectos da disputa entre projetos de futuro e projetos políticos; certa visão de mundo⁴ dos personagens históricos e a disputa pelo imaginário⁵.

A possibilidade de uma História-problema, uma História com capacidade crítica, é a perspectiva que também guia essa pesquisa; a História que tem por objeto os homens no tempo, como dito por Marc Bloch, e, acima de tudo, uma História que tenha retorno social, que dê respostas à sociedade na qual está inserida. Buscamos, como cita Jacques Le Goff: “compreender o passado pelo presente” e “compreender o presente pelo passado”⁶. Em tempos de Comissão Nacional da Verdade, é ainda mais imprescindível que busquemos explicações para o que ocorreu em 1964 em todos os âmbitos da sociedade. As motivações para o corte profundo de um “golpe contra as reformas e a democracia”, como dito por Caio Navarro de Toledo⁷, e que acabou com um processo amplamente democrático e de debate de ideias devem ser explicitadas. Para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça⁸, devemos voltar nossos olhos para aqueles homens, naquele tempo.

Temos como principal objetivo a análise da disputa entre os imaginários presentes na Câmara – representados pelos vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do bloco de partidos que a ele sistematicamente se opunha – através das comunicações encontradas nas atas da Câmara Municipal. Como objetivos secundários que deram amparo à parte principal da pesquisa, buscamos mapear, através de resultados eleitorais para as eleições nacionais e estaduais na cidade, bem como dos artigos, notícias e editoriais em circulação no periódico *Razão*, alguns aspectos das culturas políticas estabelecidas na cidade.

Trabalhamos com a hipótese de que houve apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 por parte dos vereadores que formavam o chamado bloco anti-PTB (TRINDADE; NOLL, 1995, p. 15): Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL), União Democrática

³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.) **Para uma história política**. Lisboa: Estampa, 1988.

⁴ GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET et all. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

⁵ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et all. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

⁶ In. BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o Golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

⁸ Na máxima da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura.

Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Consideramos que esse grupo chegou até a Câmara devido ao fortalecimento de uma cultura política conservadora na cidade, que se estabeleceu nos anos finais da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960.

Nesta pesquisa, como já referido, usamos conceitos que fazem parte da confluência entre a História Política, a História Cultural e a Antropologia, “encontro” que se iniciou entre os anos 1970 e 1980. Em primeiro lugar, trabalhamos com o conceito de Cultura Política. Segundo Serge Bernstein, a Cultura Política pode nos proporcionar a leitura do passado, dando-nos explicações sobre comportamentos políticos em determinado período e região, mas sempre com a ressalva de não ser “uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenómeno de múltiplos parâmetros que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (1998, p. 350). Além disso, de acordo com Angela de Castro Gomes, abre a “possibilidade metodológica de trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’” (2005, p. 25). Conceituando melhor, Angela de Castro Gomes diz que “[...] a categoria cultura política foi definida como ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo.” (Idem, p. 31).

Além do conceito de Cultura Política, o conceito de Imaginário é base para a parte principal dessa pesquisa. Dessa forma, recorreremos principalmente ao autor polonês Bronislaw Baczko. Primeiramente, faz-se necessário o entendimento do conceito de *imaginário* não como algo ilusório, ou mentiroso, mas sim como elemento constituinte do real. Muitas vezes, os percursos imaginados pelos agentes em um processo histórico não se cumpre e até surpreende quem o imaginou. Segundo Baczko, essa diferença entre percursos só realça a importância do imaginário, afinal, são as imagens de glórias e de objetivos conquistados que motivam os homens para determinada ação, mesmo que, ao final do trajeto, as previsões não se cumpram. Portanto, o imaginário tem o poder de mover para a ação (BACZKO, 1985, p. 298). Além do caráter motivacional, o imaginário abriga um número imenso de “funções”.

[...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; [...]. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade [...] corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. (Idem, p. 309)

Também é, o imaginário, “uma das respostas que esta [a sociedade] dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais.” (Idem, p. 309). Desta forma, podemos ver o quanto o imaginário pode funcionar como uma das forças reguladoras da Sociedade: identificando inimigos, validando objetivos, legitimando ações, etc. Considerando esse potencial, é compreensível que os imaginários estejam em disputa por aqueles que têm projetos diferentes de sociedade. Para Baczko, podemos dizer que o “imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais.” (Idem, p. 309).

Metodologicamente, trabalhamos com a Análise de Conteúdo. Segundo Roque Moraes, essa metodologia tem sido cada vez mais empregada em fontes qualitativas, como é o caso das fontes usadas neste trabalho (1999, p. 9). A Análise de Conteúdo seria, portanto, uma “técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documento” (Idem, p. 9), também definida como “a interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados” (Idem, p. 11). Entretanto, essa interpretação não vem despida de um contexto, sendo que o mesmo deve ser levado em conta: “Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador” (Idem, p.12.). Rita Caregnato e Regina Mutti afirmam que a Análise de Conteúdo seria ainda “uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo [...] produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto” (2006, p. 682). Além desses aspectos, a Análise de Conteúdo carrega consigo toda uma forma de manejo das fontes: a preparação das informações, a categorização ou classificação, a descrição e a interpretação (MORAES, 1999, p. 15). A interpretação é o ponto chave para essa técnica: “Uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição. É importante que procure ir além, atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação.” (Idem, p. 24).

No caso do presente trabalho, a Análise de Conteúdo está direcionada, principalmente, para as características da mensagem, as palavras, argumentos e ideias expressos no texto. Nesta pesquisa, apresentamos a Análise de Conteúdo em duas formas: no primeiro capítulo, tratamos de dados quantitativos, que são os resultados eleitorais – o que não exclui o caráter de interpretação dessa metodologia – e, no segundo capítulo, usamos a Análise de Conteúdo para fontes qualitativas, que são as atas da Câmara. Tendo em vista a concepção teórica dessa pesquisa, principalmente no que tange a questão da disputa entre imaginários, usamos uma forma da Análise de Conteúdo que explora não somente o conteúdo manifesto nas comunicações, mas procuramos ir além, buscando o conteúdo latente; seria, como afirma

Moraes, uma exploração de caráter subjetivo para além do que está escrito, procurando captar sentidos implícitos (MORAES, 1999, p. 26).

Sendo assim, esse trabalho é composto por dois capítulos principais. No primeiro capítulo – Indícios da Cultura Política Santa-Mariense – estão expostos e são debatidos elementos e sinais que nos aproximam do comportamento político dos cidadãos da cidade durante a década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960. Para tanto, são usados os resultados eleitorais da cidade para as eleições de Presidente, Vice-Presidente, Governador, bem como para a Assembleia Legislativa e Câmara Federal, entre os anos de 1945 e 1962. Esses resultados servem para nos aproximar da forma como os cidadãos de Santa Maria escolhiam seus candidatos e para descobrir quais partidos possuíam maior ou menor força na cidade. Além disso, no mesmo capítulo, consta a exposição dos resultados das eleições municipais dos anos de 1951, 1955, 1959 e 1963. Através da consulta às edições do jornal *A Razão*, foi feito o trabalho de reconstituição do Executivo e do Legislativo eleitos nos referidos anos, de modo a complementarmos as conclusões obtidas com os resultados eleitorais.

Junto à exposição dos resultados das eleições municipais estão outros elementos encontrados no periódico local, que também tem importância para a análise de uma cultura política. São usados os textos que circulavam no jornal *A Razão*, especialmente dos meses outubro e novembro de cada ano – meses próximos às eleições. Essa escolha dos textos veiculados nos jornais foi feita a partir da consideração feita por Serge Berstein, classificando os meios de mídia como importantes vetores para a disseminação das culturas políticas (BERSTEIN, 1988, p. 357). Desta forma, mostramos em qual terreno se estabeleceu a disputa apresentada no capítulo dois.

No segundo capítulo – Imaginários em disputa – é feita a análise de algumas comunicações dos vereadores, selecionadas a partir das atas das sessões da Câmara em 1964. As comunicações escolhidas para esse trabalho saíram de um grupo maior de 191 notas destacadas dessas fontes. Todos esses quase 200 destaques foram considerados como exemplos da disputa entre os imaginários presentes na Casa Legislativa. No entanto, seria inviável, maçante e até mesmo desnecessário o uso de todas essas notas. Levando isso em consideração, as manifestações usadas nesse trabalho foram eleitas, pois representam debates que apareciam diversas vezes em comunicações diferentes. As falas usadas para demonstrarmos a disputa entre os imaginários estão separadas em três momentos: em um primeiro momento, procuramos expor as manifestações nos primeiros dias após o Golpe e o início da tomada de posição entre os vereadores; em um segundo momento, é exposta a

reação dos vereadores em relação à cassação do prefeito Paulo Lauda e do vice-prefeito Adelmo Simas Genro; por último, tratamos do momento em que a Câmara passa a ser atingida pela Ditadura que se estabelecia e analisamos como os vereadores se comportaram diante do “endurecimento” da mesma. Após os dois capítulos que compõem a parte central da pesquisa, são feitas considerações a respeito dos resultados obtidos, conclusões e um balanço na medida em que conseguimos cumprir os objetivos propostos.

1 INDÍCIOS DA CULTURA POLÍTICA SANTA MARIENSE

É necessário que seja mostrado como se estabelecia o “terreno” de disputa entre os imaginários presentes na Câmara Municipal de Santa Maria. Obviamente, a cidade não se configurava em um cenário isolado do ordenamento político e das situações vividas no resto do estado, do País ou do mundo, mas também contava com especificidades.

Tendo em vista que a presente pesquisa se propõe a contribuir no estudo da disputa da imaginação social no âmbito do Legislativo – um espaço de disputa política institucional, formado por partidos políticos – pretendemos, neste capítulo, mostrar como se davam os arranjos políticos em Santa Maria, comparando-os com a situação político-partidária no Rio Grande do Sul e no Brasil. Tais arranjos eram decorrentes da fundação de novas agremiações após o término do Estado Novo, em 1945, fato que gerou uma nova configuração de disputas e alianças na política nacional.

Além de objetivarmos saber por quem a cidade foi disputada nos períodos eleitorais, é importante analisarmos como se comportou o eleitorado santa-mariense. Quais partidos teriam mais força entre os eleitores? Quem foram os candidatos da preferência dos cidadãos da cidade? Para tanto, serão usados resultados das eleições do período – para a Assembleia do estado, Câmara Federal, Governador, Presidente e Vice-Presidente – que possam dar um breve panorama da cultura política santa-mariense nos anos que antecederam o Golpe Civil-Militar de 1964.

Como objetivo específico, será exposto como esteve configurado o Legislativo e o Executivo municipais nos anos pré-1964: qual partido possuía maioria; por qual partido o prefeito foi eleito; etc. Com esses dados, buscaremos conseguir sinais e indícios de “uma certa visão de mundo [...] para além da curta duração”, no dizer de Angela de Castro Gomes (2005, p. 31), entre a população da cidade.

Somados aos aspectos eleitorais, será feita a exposição de editoriais, notícias e artigos veiculados no jornal *A Razão* nas datas próximas aos períodos de eleições. Veremos quais opiniões e posições eram lidas pela população da cidade e como as notícias eram abordadas. Essa análise se faz pertinente após considerarmos a opinião de Serge Berstein (1988, p. 357) quanto aos “vetores” de disseminação das culturas políticas. Para o autor, é de grande importância o papel das mídias na difusão de representações que dão corpo as mesmas. No entanto, há de se considerar que “nenhum destes vectores da socialização política procede por

doutrinação” e que “a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva” (Idem, p. 357). Portanto, esses elementos não serão abordados de forma mecanizada e determinista, usando-os sim como uma das “influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política” (Idem, p.357). A escolha do periódico se dá por estar o mesmo inserido no espaço cultural da comunidade e por ser consumido pela mesma.

1.1 O Reordenamento Político

Com o término do Estado Novo em 1945, ocorreu um processo de limitada abertura política no País A Ditadura de Getúlio Vargas, que perdurou de 1937 até o referido ano da redemocratização, havia proibido a existência de partidos políticos. Dessa forma, com a abertura, novas agremiações foram criadas, muitas delas herdeiras de grupos políticos dos anos 1930, como os comunistas com o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os integralistas com o Partido da Representação Popular (PRP).

É possível afirmar, tendo como base o trabalho de Ângela Flach e Claudira Cardoso (2007, p. 59), que as forças políticas se estruturaram e tomaram suas posições de acordo com o apoio ou a oposição à figura de Vargas: “Inicialmente, organizaram-se PSD e PTB pró-Getúlio; UDN e PL, anti-Getúlio; PCB e PRP, ambos se diferenciavam da fragmentação inicial dos blocos anteriores, pois assumiram posições de cunho mais ideológico.” (Idem, p. 61).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, desde os primeiros anos após a queda da Ditadura Vargas, apresentou uma peculiaridade: as duas forças criadas em torno do apoio a Getúlio se tornaram adversárias. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) eram as duas maiores forças do estado, porém em blocos opostos. Segundo Flach e Cardoso, essas peculiaridades se explicam pelo processo de formação histórico-política do estado e as “clivagens” entre os grupos políticos do período anterior (Idem, p. 61). Formaram-se dois “polos de oposição”, nas palavras das autoras: PTB e anti-PTB. Esses termos serão recorrentes durante o texto, principalmente para caracterizar o grupo que orbita em torno do PSD na oposição ao PTB, formado por partidos pequenos regionalmente. Segundo Héglio Trindade e Maria Izabel Noll:

O PSD gaúcho, que rompe com a linha nacional de aliança com o PTB, busca associar-se com os partidos menores de orientação conservadora-liberal (PL, UDN) para enfrentar o adversário comum. Constitui-se no Rio Grande do Sul uma verdadeira frente anti-PTB [...]. (1995, p. 15)

Pode-se dizer que PSD gaúcho aderiu ao projeto liberal-conservador, representado pela UDN e o Partido Libertador (PL), para opor-se ao projeto nacional-estatista, “chamado inicialmente [...] de *getulismo*, [que] ganharia, pouco tempo depois, o escopo de um programa político consistente, nomeado de *trabalhismo* e institucionalizado no PTB.” (FERREIRA, 2003a, p. 303)⁹.

Ainda pouco organizado, em 1945, o PTB obteve resultados pouco expressivos, enquanto o PSD, a UDN e o PCB, por exemplo, alcançaram bons níveis nas estatísticas eleitorais. Em Santa Maria, o PSD foi largamente vitorioso nessa primeira eleição¹⁰ da nova fase do regime republicano. O presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, obteve pouco mais de 70%¹¹ dos votos, seguido pelo candidato Yeddo Fiúza do PCB, que ficou a frente da coligação liberal-conservadora UDN-PL, do brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições para Câmara Federal e Senado, os resultados seguiram a mesma linha, tendo o PSD a esmagadora maioria, com 67,25% dos votos; entre os deputados, próximo dos 70,81% do candidato Dutra. Novamente, em segundo lugar, estava o PCB, seguido de PL e UDN. O PTB, ainda pouco estruturado, só ficou a frente do PRP na cidade.

É de destaque a grande aceitação do partido comunista em Santa Maria, apresentando-se, em 1945, como segunda força política. De acordo com as estatísticas, essa força já não existia em 1947. O PCB recebe menos votos até mesmo que o PL. No mesmo ano de 1947, o Partido acabou por ser cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Foi na referida eleição de 1947 – para deputados estaduais, governador do estado e senadores – em que o PTB conseguiu alavancar sua força. Essa disputa eleitoral acaba

⁹ O nacional-estatismo representava o “fortalecimento do capital nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos”, implantação de leis sociais e a defesa de “um projeto para a Nação que se contrapunha ao avanço dos interesses econômicos norte-americanos”. Já o projeto liberal-conservador defendia a “abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado”, além do alinhamento ao bloco capitalista; “desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular”. É definido por Ferreira como um projeto liberal-conservador “já que no Brasil, via de regra, o liberalismo é instrumento de conservação social.” (FERREIRA, 2003a, p. 303-304).

¹⁰ Sobre as regras eleitorais inauguradas por esse novo período há de se considerar que Presidente e Vice-presidente, bem como Prefeito e Vice-prefeito, eram eleitos em separado. Além disso, segundo Trindade e Noll, havia “duas modalidades de sistema eleitoral” (1995, p.11) sendo a primeira de tipo majoritário – nas quais se elegiam Presidente e Vice-presidente, Governador, Senador, Prefeito e Vice-prefeito – cujos eleitos eram os mais votados por maioria simples. A segunda modalidade eram as eleições de tipo proporcional – cargos legislativos como Câmaras Municipais, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Nesse caso o candidato deveria atingir o quociente eleitoral tendo suas “sobras atribuídas a legenda partidária” (TRINDADE; NOLL, 1995, p 12).

¹¹ As estatísticas eleitorais usadas nessa pesquisa estão em TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, Maria Izabel, op. cit., 1995.

consolidando o embate entre PTB e PSD, que se tornou comum durante todas as eleições até o Golpe de 1964, a despeito da vontade de Getúlio em conciliar e buscar a aliança entre ambos os partidos. Essa não obediência do PTB se refletiu no lançamento de um candidato ao governo do estado para disputar com o pessedista Walter Jobim.

Ângela Flach e Claudira Cardoso explicam essa posição do PTB gaúcho em relação ao PSD pelo fato de o primeiro ser formado por não só um grupo político, mas sim por três correntes. Tais correntes, – sindicalista, doutrinário-pasqualinista e pragmática-getulista – que na primeira convenção do PSD, em 1945, formaram uma *ala trabalhista* (2007, p. 62); uniram-se em 1946 para fundar o PTB e, dessa forma, criar o maior partido regional. O PTB, consciente de sua força, possuía relativa autonomia até mesmo em relação ao seu líder máximo (2007, p. 64).

Na eleição, Walter Jobim, do PSD, foi o vencedor com uma diferença de 3% sobre o candidato trabalhista Alberto Pasqualini. A coligação UDN-PL somou apenas 19%. No entanto, Pasqualini conseguiu mais de 50% dos votos em Santa Maria, muito a frente dos 29% de Jobim, mostrando que o trabalhismo já se consolidava como força expressiva no município. Tal força, possivelmente, devia-se ao enorme contingente de trabalhadores da Viação Férrea na cidade, o que vai permitir a afirmação de Diorge Konrad de que Santa Maria era “ponto estratégico [...] para a esquerda nacionalista, através dos ferroviários (RFFSA).” (2006, p. 101). Tal esquerda nacionalista era representada pelo trabalhismo através do PTB. Os demais resultados, em âmbito estadual, favoreciam os petebistas, que elegeram Salgado Filho ao Senado e aumentaram o número de cadeiras na Assembleia.

Aos poucos, o PTB *desgetulizou* o PSD, até que o próprio ex-presidente oficializou sua saída do PSD, em 1948. Dessa forma, convencionou-se dizer que o PSD, no Rio Grande do Sul, segundo Flach e Cardoso, tornou-se *udenizado*, fazendo o mesmo jogo dos partidos liberais-conservadores (2007, p. 81). Isso veio a se comprovar no decorrer da década de 1950, quando foi fortalecido o bloco anti-PTB gerado a partir das eleições de 1947.

No processo eleitoral de 1950, concorriam candidatos a presidente e vice, deputados federais e estaduais, governador e senador. Apareceu nesse ano, pela primeira vez, uma aliança que por muitas vezes se repetiria entre o PTB e o Partido Social Progressista (PSP), partido de Adhemar de Barros, com grande força em São Paulo, mas pouco expressivo no Rio Grande do Sul. Ambos, somados ao Partido Social Democrático Autonomista (PSDA), dissidência do PSD, elegeram Getúlio Vargas à presidência, assim como seu vice Café Filho.

Enquanto o PSD lançou-se sozinho na eleição para presidente, no estado, a formação do bloco anti-PTB já dava sinais. Coligado à UDN e ao PRP, os pessedistas apoiaram o

integralista Plínio Salgado no senado. Cylon Rosa era o candidato da coligação ao governo do estado, e foi derrotado por Ernesto Dornelles, da coligação PTB-PSDA-PSP. Vargas e Dornelles foram vitoriosos em Santa Maria. Enquanto o primeiro somou 60,5% dos votos, o segundo chegou a 58%, resultados muito semelhantes. Pasqualini conseguiu a eleição ao Senado; na cidade, chegou aos 59,8%. Curiosamente, o PTB teve, nesse processo, uma pequena queda dos seus índices de votos para a Assembleia Legislativa no Município – de 53,65%, em 1947, para 45,3% –, destoando do resultado geral do estado, onde o partido aumentou suas cadeiras. Em contrapartida, o PSD que fez 20,65% dos votos em 1947, chegou a 30,45%.

O final do ano de 1954 contou com um fato determinante para história política brasileira. O presidente Getúlio Vargas, sob a pressão de seus ministros militares e da oposição, cometeu suicídio. A comoção popular, então, apresentou-se nas ruas com a depredação dos órgãos antivarguistas. As propagandas de candidatos da UDN, bem como jornais oposicionistas, acabaram sendo alvos da destruição e revolta. (FERREIRA, 2003a, p. 310).

No mesmo ano de 1954, ocorreram eleições para senador, deputados estadual e federal e governador. As oposições aproveitaram-se da revolta popular, resultado do suicídio do carismático presidente, para fazer uma campanha em prol da “ordem e tranquilidade”, denunciando o PTB pelas depredações (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 70). Também foi usada como alvo a figura do governador Ernesto Dornelles, acusado de não ter agido imediatamente para conter os ataques (FERREIRA, 2003a, p. 310).

Ainda que essa situação tenha afetado a campanha eleitoral de maneira geral, em Santa Maria, o PTB se manteve como principal força. Alberto Pasqualini, candidato trabalhista, foi derrotado por Ildo Meneghetti, da coligação chamada de Frente Democrática, formada por PSD, UDN e PL. No âmbito municipal, entretanto, Pasqualini teve pouco mais da metade dos votos, mas sua diferença para o candidato da Frente, que vinha logo em segundo com 40,9%, foi menor do que nas disputas anteriores.

Os votos para deputados estaduais em Santa Maria mantiveram o PTB com bastante vantagem, mas o índice foi praticamente o mesmo de 1950, quase 10% a menos que em 1947. Dessa vez, o PSD também acaba perdendo força. É destacável o crescimento do PL, além da estreia do PDC nas eleições do Rio Grande do Sul. Esse último conseguiu rápido crescimento, tanto no estado quanto no Município. De maneira geral, a conjuntura permanecia favorável ao PTB em Santa Maria, mas se pode ver que forças alternativas ao longo do período são criadas ou retomadas, casos do PDC e PL, respectivamente. O PL compunha a coligação anti-PTB,

salvo casos em que se lançava sozinho. Já o PDC se estrutura no estado em 1954 e presta apoio ao candidato da coligação UDN-PL para a presidência, em 1955. Mesmo que na cidade o bloco liberal-conservador não conseguisse vitórias expressivas nas eleições nacionais e estaduais, suas forças somadas espelhavam o equilíbrio que era característico do estado. A participação dos partidos pequenos em uma ou outra coligação “pesava de modo estratégico.” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 81).

O referido equilíbrio no Rio Grande do Sul mostrou-se mais latente nas eleições para a vice-presidência de 1955. João Goulart, candidato pela coligação PTB-PSD, venceu o udenista Milton Campos no estado por uma diferença muito pequena (Idem, p. 71). Nessas eleições, o candidato à presidência da coligação PSD-PTB, Juscelino Kubistchek de Oliveira, foi vitorioso, também com diferença pequena de votos para o segundo colocado nos resultados do Rio Grande do Sul.

Em Santa Maria, os liberais-conservadores cresceram consideravelmente, ainda que sem vitória. O combinado UDN-PL aumentou seus índices, agora com a participação do PDC na coligação. Enquanto em 1950 os primeiros obtiveram 11,55% dos votos do município, a nova coligação conseguiu somar quase 30% em 1955. Também o PSP, que sem coligação lançou Adhemar de Barros, conseguiu pouco mais que 17%. Em contrapartida, o PTB, coligado com o PSD, perdeu cerca de 10% dos votos que elegeram Vargas em 1950.

De maneira curiosa, os votos para Juscelino e Goulart, representantes da coligação PSD-PTB, destoaram consideravelmente em Santa Maria. O candidato filiado ao PSD recebeu 49,7% dos votos, já o candidato trabalhista recebeu algo próximo de 60%. Essa diferença de quase 10% pode ter se concentrado no candidato a presidência do PSP, partido aliado dos trabalhistas em 1950. Essa inferência é possível principalmente se formos comparar os índices dos candidatos a presidente e vice, pelo PSP: Adhemar de Barros tinha 17,7%, já o seu candidato à vice somava ínfimos 2,58%. Mais uma vez se demonstra a intensa rivalidade entre pessedistas e trabalhistas. A coligação nacional não conseguia funcionar nem no estado, nem em Santa Maria.

O ano de 1958 trazia as eleições para o governo do estado, deputados estadual e federal e senador. Foi acertada para esse processo uma coligação inusitada entre PTB e PRP, além do PSP. O caso é que os dois primeiros possuíam “agendas políticas diferenciadas” (Idem, p. 72), fator que gerou fortes críticas, tanto dos próprios membros dos partidos quanto da oposição. Com essa parceria peculiar, o candidato perrepista ao Senado acabou eleito e Leonel Brizola venceu Walter Peracchi Barcellos, da Frente Democrática. Nas eleições proporcionais, Mercedes Cánepa fala de “uma expressiva vitória da coligação PTB-PRP-PSP

sobre a Frente Democrática” (2005, p. 258). O PRP contribuiu com a força que tinha nas zonas de colonização italiana e alemã.

Em Santa Maria, poucas mudanças apareceram nos resultados para a Assembleia Legislativa; só se destaca o crescimento do PDC, como aparece na Tabela 1. Na Câmara, a UDN perdeu força de maneira considerável, bem como o PSP e o PRP; em contrapartida, o PTB subiu 4%, aumentando o número de cadeiras do partido. Brizola conseguiu aumentar os índices que Alberto Pasqualini alcançou em 1954, venceu Peracchi Barcellos com uma diferença de 20%. Essa eleição pode ser considerada, segundo as estatísticas, como o melhor momento do PTB na cidade. Fora os resultados para a Assembleia do estado, que teve seus maiores números em 1947, o PTB conseguiu o mais exitoso resultado nas eleições para governador, obtendo 62% dos votos para a Câmara Federal.

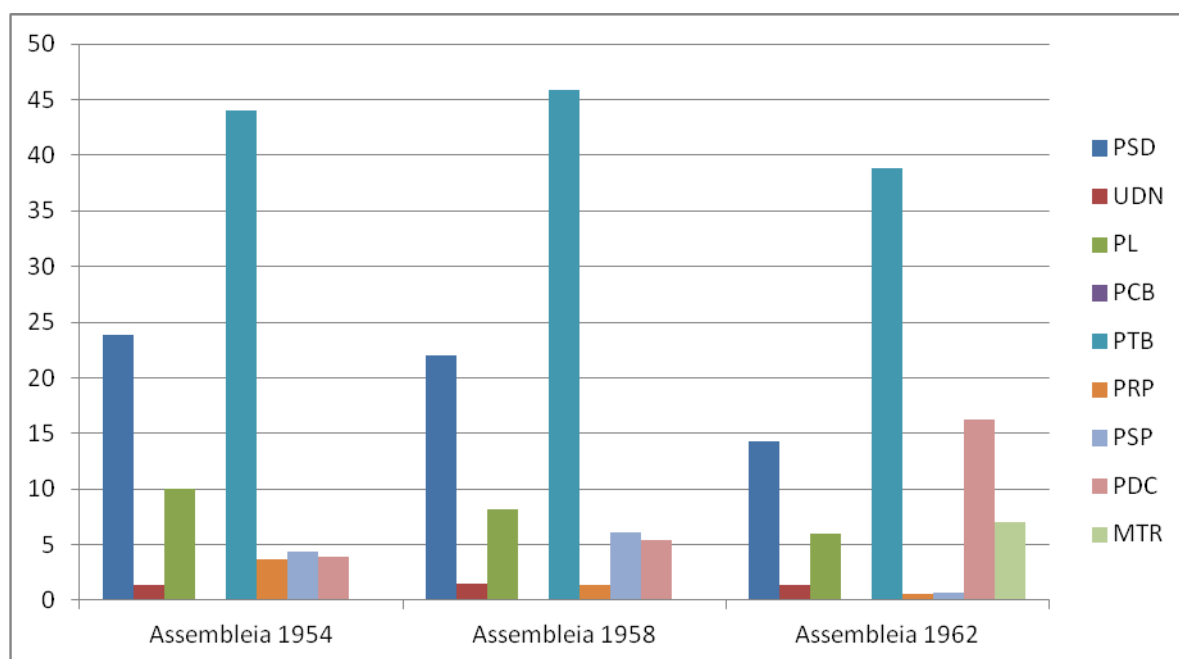


Figura 1 – Eleições para a Assembleia do Estado em 1954, 1958 e 1962.
O rápido crescimento do PDC em Santa Maria através dos votos para a Assembléia.

No entanto, o ano de 1959 foi determinante para que o PTB perdesse força e tivesse seus votos reduzidos nas eleições de 1960 e 1962. Dizem Ângela Flach e Claudira Cardoso:

[...] a cisão ocorrida no seio do PTB em 59, que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador, acabou gerando a migração de votos a este novo partido, como se verificou já na eleição municipal de 1959 em Porto Alegre, quando Fernando Ferrari deu seu apoio ao candidato Loureiro da Silva, da coligação PDC-PL [...]. Novamente, nas eleições de 60, essa grande liderança do MTR disputou a vice-presidência da República juntamente com o petebista João Goulart. Ferrari

obteve no estado 44,11% dos votos, contra 37,42 recebidos por Goulart. (2007, p. 74)

Somado a isso, podemos notar nas estatísticas que o PDC acabou ganhando bastante força desde sua primeira eleição no Rio Grande do Sul, em 1954. Santa Maria, especialmente, aderiu rapidamente a esse partido. Dos votos da cidade para a Assembleia, o PDC vai de 3,9%, em 1954 a 16,2, em 1962. Nesse mesmo intervalo, o PTB vai de 44% para 38% e o PSD cai de 23,8% para 14,3%. Também, PSP e PRP recebem 0,7% e 0,6%, em 1962. O PDC, como já referido anteriormente, somou-se ao bloco liberal-conservador o que, conseqüentemente, o fortaleceu. Além disso, PTB e PRP desfizeram a aliança de 1958. A conjuntura política vai tornando-se desfavorável para os trabalhistas do PTB.

Mas antes ocorreram as eleições de 1960 para presidente e vice-presidente. O PDC aliou-se à UDN que lançou o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros. Da coligação PTB-PSD, o nome do Marechal Henrique Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra e figura importante na manutenção da legalidade em 1955, foi escolhido. Além desses, Adhemar de Barros concorreu pelo PSP. Para a vice-presidência, os candidatos foram Fernando Ferrari, pelo recém-fundado MTR, João Goulart, pela coligação PTB-PSD e Milton Campos, pela UDN.

A vitória ficou com Jânio e Jango. Entretanto, Fernando Ferrari foi vitorioso no estado, como pode ser observado na Tabela 2.

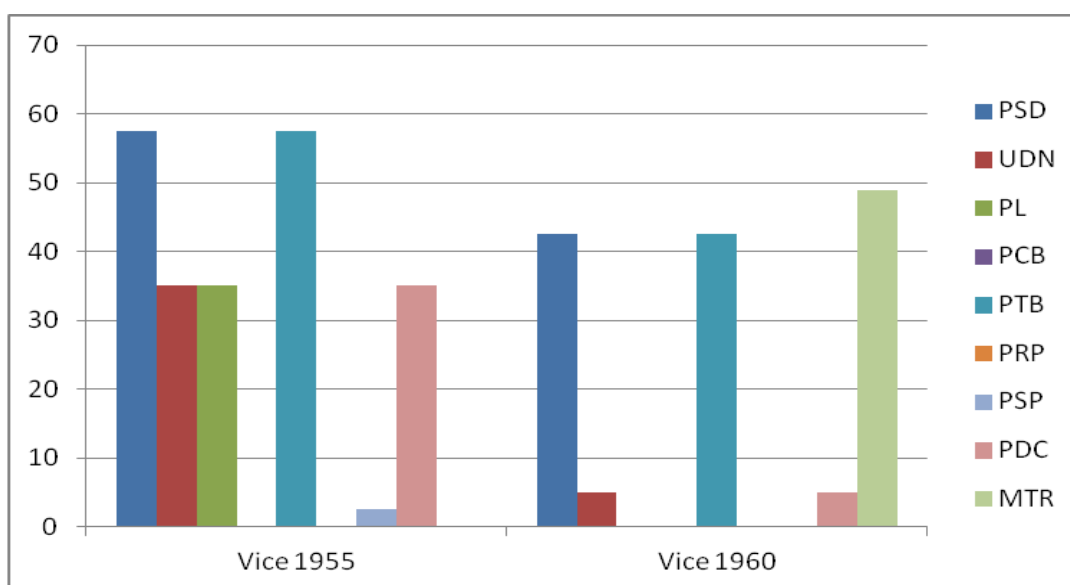


Figura 2 – Eleições para vice-presidente em 1955 e 1960
Na tabela acima se pode ver a queda da coligação PTB-PSD e o sucesso do MTR.

Em Santa Maria, o Marechal Lott conseguiu vencer Jânio, mas por uma diferença de 2,3%. Nunca a diferença entre primeiro e segundo colocados havia sido tão pequena. Nos anos anteriores, os candidatos vencedores na cidade – Dutra pelo PSD em 1945, Vargas pelo PTB-PSP em 1950 e Juscelino pelo PTB-PSD, em 1955 – conseguiram diferenças de no mínimo 20% dos votos para o segundo colocado. Ainda que não tenham se coligado oficialmente, é possível que os membros dos partidos conservadores – PL e PRP – tenham contribuído para a vitória de Jânio Quadros. Além disso, podemos inferir que os votos dos eleitores do MTR não tenham ido para o PTB, partido do qual muitos saíram para formar tal movimento. De uma posição pouco efetiva durante toda a década de 1950, os partidos conservadores conseguiram crescer e ameaçar a consolidada força do PTB, no início da década de 1960, tanto em âmbito estadual/nacional como municipal.

E é no ano de 1961 que a disputa entre trabalhistas e liberais-conservadores encontrou mais um momento crítico. Em agosto do dito ano, o presidente eleito, Jânio Quadros, renunciou. Assumiu, então, a presidência o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, já que o vice-presidente, João Goulart, encontrava-se no exterior. A situação se agravou com a manifestação de setores conservadores, civis e militares, que demonstravam sua contrariedade em relação à posse de Jango. Segundo Jorge Ferreira, os três ministros militares teriam falado até da “inconveniência” do regresso de Goulart ao Brasil” (FERREIRA, 2003a, p. 327).

A resistência à tentativa de Golpe começou no Rio Grande do Sul, através da figura do governador Leonel Brizola¹². Já nas eleições de 1958, o então prefeito de Porto Alegre despontava como grande liderança, algo denominado por Fay de Azevedo como “fenômeno Brizola” (*apud* FLACH; CARDOSO, 2007, p. 73), devido à “sua grande capacidade de arregimentação do eleitorado” (Idem, p. 73). Desta forma, o governador do Rio Grande do Sul, com o apoio da Brigada Militar e do III Exército (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), iniciou a chamada Campanha da Legalidade, que conseguiu garantir o retorno de João Goulart ao Brasil e, também, sua posse, porém, em um regime parlamentarista (FERREIRA, 2003a, p. 335).

Mesmo com a vitória da Legalidade, a crise não estava devidamente resolvida. Como bem diz Caio Navarro de Toledo, “o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado.” (1982, p. 7). Além da referida crise política, havia também a crise econômica que acompanharia Jango até seus últimos momentos como presidente. Assumiu

¹² É preciso destacar a importância do Marechal Henrique Teixeira Lott que, ao tomar conhecimento da situação telefonou para Brizola – já que as informações da conspiração ainda não haviam chegado ao Rio Grande do Sul – e tratou de buscar apoio de outros chefes militares nacionalistas.

“com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente” (FERREIRA, 2003b, p. 348).

O episódio de agosto de 1961 foi sanado com paliativos. A conciliação para a posse de Goulart evitou um Golpe Civil-Militar, mas, segundo Caio Navarro de Toledo, foi “um golpe político [...] contra o regime vigente, pois a carta de 1946 proibia [...] toda e qualquer reforma constitucional num clima insurrecional” (TOLEDO, 1982, p. 18). Entre muitos, Brizola – segundo Jorge Ferreira – “negava-se a aceitar o acordo” (2003a, p. 335).

A partir desse momento só fez-se aumentar o grau da polarização entre liberais-conservadores e a esquerda nacionalista. Após agosto de 1961, o PTB e outros grupos de esquerda empenhavam-se em fazer campanha contra o parlamentarismo¹³ (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 75). Além da luta pelo retorno ao regime presidencialista, as Reformas de Base, “demandas históricas das esquerdas” (FERREIRA, 2003b, p. 351) eram a ordem do dia para o novo governo, já que Goulart era um de seus maiores defensores durante a década de 1950 (Idem, p. 351). Brizola, fortalecido com a Campanha da Legalidade, ganhou projeção nacional como “grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas” (Idem, p. 352). Mercedes Cánepa destaca, nesse contexto, uma “radicalização das posições no interior da sociedade brasileira em geral e na classe política em particular.” (2005, p. 299). Diorge Konrad e Rafael Lameira afirmam que “a sensação quase geral era de que vitória não havia sido completa, exceto os conservadores, que aplaudiram a saída ordeira e pacífica, colocando o Presidente com poderes limitados” (2011, p. 71).

As eleições de 1962 ocorreram, portanto, nesse período tenso política e economicamente (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 76). Os gabinetes do falido regime parlamentarista não se sustentavam devido à intensa batalha entre os grupos políticos que representavam os projetos antagônicos no plano nacional, fator que dificulta a atuação de Goulart na política de conciliação entre as tentativas de reforma e a pressão das classes conservadoras. Nas palavras de Jorge Ferreira “sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade” (2003b, p. 348).

As eleições de 1962 caracterizaram-se por uma queda significativa dos votos do PTB. O bloco anti-PTB, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uniu-se em uma coligação com força nunca antes mostrada nos períodos anteriores: juntaram-se no grupo

¹³ Segundo Caio Navarro de Toledo, “a emenda constitucional n.º 4, nas suas Disposições Transitórias, previa a realização de um plebiscito que viesse a decidir acerca da ‘manutenção do sistema parlamentar ou a volta ao sistema presidencial’. Tal consulta popular deveria ocorrer nove meses antes do término do período presidencial de Goulart.” (1982, p. 20)

conservador – chamado de Ação Democrática Popular (ADP) – PSD, UDN, PL, PDC e PRP. O PSP, dividido no estado, apoiou formalmente esse grupo. O próprio nome da referida coligação

apelava à gravidade daquele momento político bem como enfatizava a necessidade de manutenção da ordem e da democracia, visto que haveria um clima de grande insegurança, gerado com a suposta infiltração de comunistas em diversas esferas do governo (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 76-77)

O PTB é obrigado a concorrer sozinho, ainda tendo que disputar o terreno político com a grande liderança que era Fernando Ferrari, pelo MTR, o mesmo que venceu no estado e em Santa Maria a disputa pela vice-presidência em 1960. Mercedes Cánepa destaca nessa candidatura o repúdio “ao *conservadorismo tradicional* representado pela Frente Democrática (agora ADP), bem como a relação *patrimonialista* do PTB com o aparelho de Estado.” (2005, p. 365). Entretanto, na prática, o MTR de Ferrari alinhava-se ao grupo liberal-conservador. Essa postura nos possibilita a inferência de que os votos dos eleitores do MTR nas eleições anteriores possivelmente não iam para o PTB, mesmo sem um candidato do movimento na disputa.

Ildo Meneghetti consegue, então, sua segunda vitória no estado com uma diferença de menos de 2% sobre Egidio Michaelsen, do PTB. Em Santa Maria, a vitória ficou do trabalhista, entretanto pôde-se registrar uma queda de 59,2% para 42,6%, pior resultado do Partido desde o retorno ao regime democrático. A ADP somou 27,7% dos votos e o MTR de Fernando Ferrari 25,5%, demonstrando mais uma vez a importância da divisão ocorrida dentro do trabalhismo.

Além da vitória nas eleições majoritárias, os conservadores (ADP sem o PSD e o próprio PSD) conseguiram, somados, 14 cadeiras na Câmara, empatando com o PTB; a última vaga ficou com o MTR. Na Assembleia, o resultado também foi desfavorável ao PTB, que somou 23 cadeiras contra 27 dos membros da ADP, tendo ainda a oposição do MTR com 4 cadeiras. O peso da soma dos partidos conservadores mostrou-se efetivo frente ao trabalhismo, representado na maior legenda do estado.

Em Santa Maria, o PTB também chegou aos seus piores índices nas eleições proporcionais desde sua consolidação enquanto grande partido em 1947¹⁴. Para a Assembleia do estado, somou 38,8% dos votos, queda de 7,1%; já na Câmara, queda de 16%. Esses resultados podem ser atribuídos ao já referido acirramento das posições políticas, aos novos

¹⁴ Portanto, desconsidera-se a eleição para a Câmara Federal de 1945.

arranjos, como a maciça coligação liberal-conservadora, e também à migração de votos com a cisão causada pelo MTR.

Podemos ver que, do ponto de vista político-institucional ou eleitoral, o período imediatamente pré-Golpe se torna bastante hostil ao PTB. De uma década inteira de crescimento e consolidação enquanto maior força individual, o partido começou a década de 1960 contando com adversários fortalecidos e coligados em um grupo só. Mostraremos a seguir que, na Câmara Municipal, a situação reflete os votos dos santa-marienses nas eleições estaduais e nacionais. Além disso, a campanha contrária ao governo Goulart, ao PTB e à esquerda é recorrente.

1.2 As “Câmaras” de Santa Maria

A partir de agora analisaremos os resultados das eleições para a Câmara e para a Prefeitura de Santa Maria. Como já referido no início desse capítulo, a tentativa será de reconstituir a formação da Câmara na década pré-Golpe, mais especificamente através dos resultados das eleições de 1951, 1955, 1959, 1963. Para tanto, foi feita uma pesquisa empírica e os resultados eleitorais foram obtidos nas edições do jornal *A Razão* de cada um desses anos, entre os meses de outubro e novembro. Também será apresentado – em paralelo aos resultados – os artigos, editoriais e notícias que circulavam nas edições do já referido periódico nas datas próximas aos pleitos. Para justificar esse paralelo, usamos a contribuição de Serge Berstein, citada no início do capítulo, a respeito da importância da mídia na disseminação de uma cultura política. Dessa forma, podemos nos aproximar um pouco mais do que permeava a disputa eleitoral e as escolhas dos santa-marienses.

Os arranjos eleitorais, no âmbito municipal, em quase nada diferiam do “modelo” exposto na primeira parte do capítulo: protagonizavam PTB e o bloco anti-PTB. Aqui, como no estado, de maneira geral, PSD e PTB acabavam por polarizar a disputa, sendo que o PSD aliava-se, normalmente, à UDN, PL e PDC – esse último após 1955 – para, dessa forma, alcançar ou superar o número de votos do PTB. É de destaque, refletindo também o exemplo do que acontecia no estado, a importância dos votos dos partidos pequenos, como PSP e PRP, que poderiam desequilibrar a disputa.

Em 1951, Santa Maria voltava a ter o direito de eleger seu Executivo Municipal, graças à devolução da autonomia política aos municípios gaúchos considerados bases

militares¹⁵. A edição do jornal *A Razão* de 3 de outubro comemorava essa abertura política para a cidade e já adiantava que em pouco tempo seriam definidos os candidatos dos trabalhistas e da chamada “Coligação” (PSD-PL-PRP-UDN)¹⁶.

Já na edição de 7 de outubro, uma nota falava em 5 candidatos para o cargo de prefeito: Heitor Campos, pelo PTB; Raimundo Cauduro, pela “Coligação Democrática Santamariense” (PSD-PL-PRP); João Antônio Edler, pela UDN; Aristeu Dreon, pelo PSP; e Pedro Alvarez, pelo PSB¹⁷. Ainda que tenha lançado candidato próprio à prefeitura, a UDN já havia garantido fidelidade à Coligação Democrática na eleição proporcional, como se pode ver em notícia do mesmo jornal, em 4 de outubro, que tem por manchete: “Hoje será conhecido o candidato da ‘Coligação’”. Nessa matéria sobre a reunião dos partidos da dita coligação, o líder da UDN manifestava-se dizendo que o partido “Permanecia, entretanto, fiel à disputa para a Câmara de Vereadores na legenda coligada.”¹⁸

A vitória foi do candidato trabalhista Heitor Campos, com 6639 votos, tendo como segundo colocado o candidato pessedista da Coligação Democrática, com 4436 votos. O resultado se repetiu na eleição de vice-prefeito, com a vitória de Raul Valandro, do PTB¹⁹. A grande diferença que houve entre os primeiros e segundos colocados para os demais candidatos da disputa demonstra a pouca força que possuíam os partidos menores – como UDN e PSP, os quais concorreram sozinhos – caso não estivessem coligados. Esses dois partidos conseguiram somente 240 e 572 votos, respectivamente.

Nas eleições proporcionais, o PTB elegeu 7 vereadores de um total de 15 e a Coligação Democrática conseguiu 6, – 4 do PSD, 1 do PL e 1 do PRP. As outras duas cadeiras ficaram com PSP e PSB²⁰. Os resultados por si só demonstram uma maioria do PTB. No entanto, os trabalhistas contavam não só com a oposição dos já tradicionais adversários liberais-conservadores, mas também com a oposição do membro do PSB. Além disso, em algumas ocasiões, o vereador do PSP se colocou em posição de apoio ao bloco opositorista,

¹⁵ BRASIL. Lei nº 1.444, de 29 de setembro de 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1444-29-setembro-1951-362074-publicacaooriginal-1-pl.html>>. A Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, havia declarado Santa Maria, bem como outras cidades brasileiras, bases militares de “excepcional importância para a defesa externa do país”. Dessa forma, segundo a Constituição de 1946, esses municípios teriam seus prefeitos indicados pelo governador do respectivo estado. Essa condição só foi revogada com a referida Lei nº 1.444.

¹⁶ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) *A Razão*, 3 de outubro de 1951.

¹⁷ Idem, 7 de outubro de 1951.

¹⁸ Idem, 4 de outubro de 1951.

¹⁹ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 6 de novembro de 1951.

²⁰ Idem.

fato que gerava uma maioria de 8 contra 7²¹. É notável o equilíbrio de forças no município, repetindo o que acontecia nas eleições estaduais.

Cabe o destaque para a existência de um grande número de votos no PSB, partido que, segundo Flach e Cardoso, estava “voltado ao operariado, mas que não se constituiu como alternativa de massa” (2007, p. 60). Esse pequeno sucesso eleitoral do PSB – que teve o seu candidato à prefeitura em terceira colocação com 1513 votos – não voltaria a existir. A legislatura de 1952-1955 foi a única em que o partido contou com algum representante na Câmara; nas eleições estaduais e federais em que participaram, os socialistas não chegaram a 1% dos votos na cidade. Somente a esquerda vinculada ao PTB conseguia manter alguma representatividade na Câmara. Também cabe a ressalva de o PCB não estar mais legalizado, lembrando que esse Partido fez um bom número de votos na cidade em 1945, nas eleições nacionais e estaduais. Esse fato, talvez, possa explicar os bons índices do PSB nessa eleição, também considerando que muitos membros do PCB, devido a ilegalidade do mesmo, concorriam nessa legenda.

Nas edições de *A Razão* dos dias próximos ao pleito, vemos a repercussão e veiculação do que podemos chamar de “*imaginário anticomunista*”²², algo que ainda vai se intensificar no decorrer da década. No ano de 1951, por exemplo, podemos notar uma constante louvação da liberdade e do bloco capitalista – especialmente dos Estados Unidos – em contraposição ao mundo comunista, tido como antidemocrático. Essa é uma das estratégias da disputa entre imaginários que, segundo Bronislaw Bazcko, “opera através de uma série de oposições que estruturam as forças afectivas que agem sobre a vida colectiva” (1985, p. 312) como, por exemplo, “legitimar/invalidar” (Idem, p. 312). Nesse caso, legitima-se o poder instituído nos EUA, enquanto se invalida qualquer representação relacionada ao comunismo. A notícia apresentada na Figura 3, do dia 9 de outubro de 1951, que tem por manchete “A condenação de 11 líderes comunistas norte-americanos”, é um exemplo flagrante:

²¹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria, Ata n. 3/52, de 4 de abril de 1952. “Em explicação (sic) pessoal, com a palavra, a vereadora Helena Ferrari Teixeira, protestou contra as expressões (sic) um tanto pesadas usadas pelos líderes das duas bancadas oposicionistas, feitas ao governo trabalhista da cidade. [...] Deixou o seu protesto veemente ante as expressões um pouco descorteses e de pouca ética dos colegas da oposição. O vereador Pedro Veríssimo Gomes Filho, com a palavra, disse que as expressões do colega Hélio Helbert dos Santos, são também as expressões do Partido Social Progressista, do qual é o representante na Casa. A vereadora Helena Ferrari Teixeira, em vista das declarações do colega Pedro Veríssimo Gomes Filho, estendeu ao PSP o seu protesto.”

²² “O *imaginário anticomunista* pode, então, ser definido [...] como um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores [...] para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964.” (RODEGHERO, 1998, p. 22).

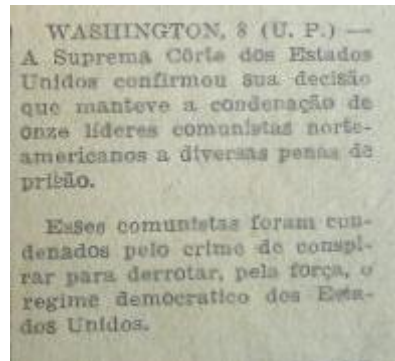


Figura 3 – Contraposição democracia x comunismo no jornal *A Razão*.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 9 de outubro de 1951.

Além disso, dias depois, podemos encontrar a seguinte charge (Figura 4), que procura aproximar o comunismo e violência, no mesmo jornal:



Figura 4 – “A estrela vermelha sobre a China”
Pode-se ler “Repressão Vermelha” na espora da bota que pisa no território chinês
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 14 de outubro de 1951.

O ano de 1955 contava também com a campanha eleitoral para a Presidência da República. Os ânimos estavam exaltados no País, devido à crise instaurada desde os fins do governo de Getúlio Vargas e de seu suicídio em agosto de 1954. A instabilidade chegou ao seu ápice com a tentativa golpista de anulação da eleição de Juscelino Kubitschek e Jango, em novembro de 1955 (FERREIRA, 2003a, p. 315-326). As eleições aconteceram, portanto, sobre o clima de crise.

No jornal *A Razão*, ainda em 1954, se pode ver que o combate realizado por esse periódico não se constituía somente em relação aos comunistas, mas também em relação ao PTB. Em 6 de novembro, o jornal publicou artigo de Ernesto Corrêa, buscando demonstrar os méritos da coligação Frente Democrática, que havia sido vitoriosa na disputa do governo estadual do mesmo ano, enquanto o PTB foi surpreendido “jiboando placidamente a vantagem de 45.000 votos com que Ernesto Dornelles pulverizava na capital gaúcha, em 50, as aspirações de Cilon Rosa”. O articulista ainda destacava os méritos dos líderes de PSD, PL e UDN por conseguirem coadunar a “filosofia parlamentarista dos libertadores” e o “presidencialismo ortodoxo dos pessedistas e udenistas gaúchos”, possibilitando, assim uma “caça ao PTB”²³.

Na mesma edição já citada, podemos encontrar a coluna de Assis Chateaubriand²⁴. Em seu texto, o jornalista comentava a situação política nacional e destacava positivamente os arranjos políticos no Rio Grande do Sul, onde o PSD aliava-se aos partidos conservadores. Além disso, considerava essa “receita” como a chave da disputa presidencial de 1955, para que, assim, o PTB fosse derrotado. Os trabalhistas eram expostos por Chateaubriand como “democratas da democracia socialista, meio adversários da propriedade privada, aspirantes do socialismo de Estado, fanáticos do Estado-providência”, em contraposição aos pessedistas que eram os “fiéis da democracia, os partidários da propriedade individual, da livre imprensa e o sufrágio universal direto.”²⁵. Novamente está presente a estratégia da “série de oposições” expostas por Baczko.

Em 1955, mais próximo das eleições, temos algo peculiar: o jornal *A Razão* tinha um de seus funcionários concorrendo ao Legislativo. No entanto, o candidato continuava trabalhando e escrevendo para o diário local, mesmo durante a campanha. Além do espaço reservado às propagandas de campanha, que todos os outros candidatos poderiam pagar, o

²³ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 6 de novembro de 1954.

²⁴ Assis Chateaubriand era proprietário dos “Diários Associados”, grupo ao qual pertencia o jornal *A Razão*.

²⁵ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 6 de novembro de 1954.

candidato Antônio Abelin tinha esse órgão de imprensa a seu favor. O jornal cedia espaço a Abelin para que concedesse entrevistas e escrevesse colunas criticando as administrações trabalhistas no município, especialmente ²⁶.

Foi nesse cenário que ocorreram as eleições municipais de 1955. Na cidade, ocorreu a primeira participação do PDC, que, como já foi destacado, cresceu rapidamente entre o eleitorado santa-mariense. Dessa vez, a polarização PTB-PSD refletiu-se na disputa pelo Executivo. Só concorreram dois candidatos: Vidal Dania, pelo PTB e José Marques da Rocha, pela Frente Democrática²⁷ e PDC²⁸. Aqui se comprova que, imediatamente após sua estruturação na cidade, o PDC aliou-se ao bloco liberal-conservador anti-PTB. Para vice-prefeito, os candidatos eram três: Deocleciano Dornelles, do PTB; Armando Vallandro, da Frente Democrática; e Vitor Francisco Schuch, pelo PDC²⁹. Para o Legislativo somavam-se 128 candidatos distribuídos por PSD, UDN, PL, PTB, PRP, PSP, PDC e PR.

A vitória novamente foi do candidato trabalhista: somou – segundo resultado parcial exposto em edição do jornal *A Razão*³⁰ – 9020 contra 5230 votos de José Marques da Rocha. O vice-prefeito eleito foi Deocleciano Dornelles, também trabalhista, com 8520 votos. Mesmo somados, os opositoristas não bateriam o vice do PTB. O concorrente pelo PDC teve 1413 votos e o da Frente 3909. Ambos os vices – do PTB e da Frente – obtiveram menos votos que seus correspondentes na disputa pela prefeitura. Com isso, podemos inferir que a candidatura do PDC para vice-prefeito deslocou votos tanto de trabalhistas quanto da Frente Democrática.

Na Câmara, o cenário foi de bastante equilíbrio. Frente Democrática e PTB elegeram 7 vereadores cada um, cabendo ao PSP ser o “fiel da balança”³¹. Como podem mostrar as atas das sessões da Câmara Municipal, o representante do PSP não tinha uma postura clara em relação à oposição e situação. Destacamos um trecho que pode exemplificar a questão, retirado da Ata número 2, de 16 de janeiro de 1956:

O vereador Euclides Gonçalves cedeu o seu tempo de inscrição ao vereador Soel M de Oliveira. O vereador em apreço, com a palavra, em discurso escrito, refutou as palavras proferidas em discurso escrito, feito na sessão passada, pelo vereador

²⁶ Idem, 1º e 2 de outubro de 1955.

²⁷ A Frente Democrática aqui citada é a mesma já referida no presente capítulo. Coligação que disputou as eleições para governador em 1954 e 1958, formada por PSD, UDN e PL.

²⁸ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 2 de outubro de 1955.

²⁹ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 2 de outubro de 1955.

³⁰ Idem, 6 de outubro de 1955.

³¹ Idem, 21 de outubro de 1955.

Miguel Sevi Viero discordando por ter este vereador situado na situação a bancada de seu partido.³²

Nas eleições de 1959, a situação político-partidária começava a se modificar. Como já dito, havia ocorrido a cisão no PTB que originou o MTR. Além disso, o PDC continuava seu crescimento, como se pôde ver nas estatísticas já expostas. Esse processo eleitoral ainda foi influenciado pela união formada, em 1958, para as eleições ao governo do estado, momento em que Leonel Brizola recebeu o apoio do PRP.

No arranjo partidário para as eleições municipais, os dissidentes trabalhistas apoiaram os candidatos da coligação liberal-conservadora através de uma instituição chamada de Centro Cívico Alberto Pasqualini. Grandes líderes ainda vinculados ao PTB – mas que logo sairiam do partido para fundar o MTR – apoiavam abertamente os candidatos da coligação chamada de Movimento de Renovação Municipal (PSD – UDN – PL). Esse apoio era evidenciado em edição do jornal *A Razão* de 4 de novembro de 1959. Há, nessa edição do diário local, um convite para um comício de encerramento da campanha dos candidatos Miguel Sevi Viero e Vitor Hugo. O destaque era para a presença do deputado Fernando Ferrari, além do ex-prefeito e então deputado pelo PTB Heitor Campos³³. Além desse convite, em muitas outras edições aparecia o destaque do apoio de Fernando Ferrari ao Movimento. O PSP, oficialmente, colocou-se ao lado de perrepeistas e trabalhistas. No entanto, também no jornal *A Razão*, agora em 2 de outubro se pode ler a seguinte manchete: “Líderes Adhemaristas³⁴ apoiam a dupla Viero – Vitor Hugo³⁵”.

Além dessa constante vinculação dos dissidentes trabalhistas com a coligação liberal-conservadora, o periódico permanecia fiel à sua luta contra a esquerda e o comunismo. Podemos citar, como exemplo, o artigo do Monsenhor Frederico Didonet, sacerdote da cidade. Em seu texto, o religioso colocava em dúvida a manifestação do líder soviético Nikita Khrushchev que, em viagem aos Estados Unidos, falava em “desarmamento” e “convivência pacífica”. Segundo o Monsenhor, havia “fortes e fundadas razões para duvidar”, em seguida o religioso ainda questionava “Poderá haver desejos reais e efetivos de paz em quem conserva escravizado pela força bruta um terço da humanidade?”³⁶. Podemos ver a representação do comunismo vinculado à escravidão e falsas palavras, característica do imaginário anticomunista.

³² Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria, Ata n. 2/56, de 16 de janeiro de 1956.

³³ Idem, 4 de novembro de 1959.

³⁴ Referência ao grande líder do PSP Adhemar de Barros.

³⁵ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 2 de outubro de 1959.

³⁶ Idem, 3 de outubro de 1959.

A campanha, bem como as eleições, ocorreu no referido cenário de contradições e dissidências. O resultado foi curioso: o PTB elegeu o maior número de vereadores da década, um total de 9. Entretanto a vitória no Executivo foi de Viero e do Movimento de Renovação Municipal. Ainda mais destoante foi o resultado para vice-prefeito: o candidato do PTB não só venceu o candidato conservador, como também foi o mais votado de toda a eleição.

Em números, o resultado foi Miguel Sevi Viero com 12539 votos contra 12162 de Deocleciano Dornelles, do PTB. José Fidelis somou 13086 votos e, como já dito foi, o mais votado, seu oponente, teve 11236 votos³⁷. Podemos encontrar explicações para resultados tão destoantes no momento vivido politicamente pela cidade, momento esse de divisões políticas e coligações peculiares. Era exemplo o caso PTB-PRP, já referenciado nesse capítulo como dois partidos de “agendas políticas diferenciadas” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 72).

No Legislativo, além dos 9 vereadores do PTB – larga vantagem para os outros partidos –, foram eleitos 4 vereadores do PSD e 1 do PL, somando 5 representantes do Movimento de Renovação Municipal. O PDC completava o grupo de 15 vereadores com o vereador Nelson Marchezan³⁸. Mesmo que não coligado na eleição para a prefeitura, o PDC compôs o bloco anti-PTB, como pode ser visto nas atas das sessões da Câmara³⁹. O PTB perdeu a prefeitura, em 1959, após duas vitórias seguidas (1951 e 1955), mas conseguiu a esmagadora maioria na Câmara, possibilitando forte embate com o Executivo e a bancada situacionista.

Já se pode perceber, a partir dos resultados de 1959, que, no âmbito municipal, os ares políticos começavam a mudar. Em 1960, como já exposto, o candidato do PTB à presidência, o Marechal Henrique Teixeira Lott, venceu por pouca diferença em Santa Maria, bem como João Goulart, candidato a vice, foi derrotado por Fernando Ferrari do MTR. Esse é um destaque cabível, pois, nunca havia ocorrido na cidade uma derrota do PTB nas eleições nacionais ou estaduais desde a consolidação do Partido, em 1947. O processo eleitoral de 1963 para Câmara e Prefeitura ocorreu sob essa nova configuração política, somado aos reflexos da tentativa de golpe em 1961 e todo o acirramento político-ideológico já referido na primeira parte do capítulo.

O jornal *A Razão* seguia a linha dos *Diários Associados*, do jornalista Assis Chateaubriand, grupo ao qual pertencia. Tornaram-se recorrentes editoriais contendo ataques

³⁷ Idem, 10 de novembro de 1959.

³⁸ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 11 de novembro de 1959.

³⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria, Livro de Atas nº 309/59 a 419/59.

às lideranças nacionalistas como Miguel Arraes, então governador de Pernambuco⁴⁰ e Paulo de Tarso, então Ministro da Educação⁴¹, criticando suas relações com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Os artigos de Chateaubriand reproduzidos localmente passaram a possuir maior teor de ataque ao regime e às esquerdas, bem como ao presidente João Goulart, além de vincular os partidos trabalhista e comunista⁴². Até mesmo o ex-presidente Jânio Quadros, chamado de “agente cínico de Cuba comunizada e de uma potência extra-americana a qual se preparava para invadir e atacar o hemisfério”⁴³ era alvo de ataques.

Em âmbito municipal, para as eleições 1963, parte das agremiações de orientação liberal-conservadora aglutinou-se em uma coligação chamada União Popular Santa-Mariense (UPS). Essa união foi feita pelos partidos de menor expressão em Santa Maria: UDN, PL, PRP e PSP⁴⁴. Eram, no total, 83 candidatos, distribuídos por PSD, PTB, PDC, MTR, além da já referida UPS.

Para o Executivo, concorreram Paulo Lauda e Adelmo Genro, do PTB, para prefeito e vice, respectivamente, contra Izidro Gai e Antônio Abelin, que representavam o maior bloco anti-PTB já formado em Santa Maria: PSD, PDC, MTR e UPS. Vemos que mesmo o PSP, que – fora 1959 – não se mostrava claramente em algum lado da disputa, somou-se aos liberais-conservadores. Logo, na Câmara, o PTB teria que disputar a maioria contra os membros de todos os partidos desse grupo que fossem eleitos.

Paulo Lauda e Adelmo Genro foram vitoriosos, mas a imensa maioria de 9 vereadores que possuía o PTB foi perdida. Os conservadores somam 8 parlamentares contra 7 do PTB. Lauda foi eleito com 18517 votos, quase 3 mil a mais que seu oponente. Adelmo conseguiu pouco menos de 20 mil votos⁴⁵. O total de votos do PTB nas eleições proporcionais não acompanhou os votos de seus candidatos ao Executivo e, frente ao enorme bloco formado pelos liberais-conservadores, tornou-se impossível conseguir maioria na Câmara. Contra os 7 eleitos pelo PTB, estavam 3 do PSD, 2 da UPS, 2 do PDC e 1 do MTR. É importante destacar que esse o MTR, dissidência do trabalhismo, colocou-se junto do bloco conservador⁴⁶.

⁴⁰ Idem, 1º de outubro de 1963.

⁴¹ Idem, 5 de outubro de 1963.

⁴² Idem. “Tudo o que, até hoje, aconteceu, propiciando os dois partidos, o trabalhista e o comunista, de mãos dadas, a nos conduzirem ao fundo do cemitério, em que a pátria se encontra amortilhada, é culpa exclusiva disto: A inexplicável omissão das três forças, que são a guarda da ordem brasileira”. Podemos ver, nesse caso, inclusive o ataque aos ministros militares.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, de 6 de outubro de 1963.

⁴⁵ Idem, 14 de novembro de 1963.

⁴⁶ Idem.

Levando em conta esses dados e considerações, podemos notar que, assim como mostrado pelas estatísticas das eleições nacionais e estaduais, Santa Maria vai aos poucos se aproximando do bloco conservador e fazendo-o crescer. Isso não ocorre necessariamente pelo fortalecimento dos velhos partidos (PSD, UDN, PL, etc.), mas sim através do surgimento de PDC e MTR. Essas duas agremiações tiram votos tanto do tradicional grupo anti-PTB quanto do próprio PTB; no entanto, aliam-se ao referido bloco liberal-conservador, o que torna seus crescimentos algo prejudicial ao PTB e estratégico para seus adversários. Mesmo com sua força reduzida, o PTB ainda consegue eleger prefeito e vice, em 1963, mas perde sua maioria na Câmara. É com um Legislativo de maioria conservadora que Santa Maria vai viver o momento do Golpe. Esse fato tem grande importância para que o Golpe possa ser chamado de “revolução”, ganhando legitimidade na cidade no campo institucional. Essa abordagem será feita no próximo capítulo.

2 IMAGINÁRIOS EM DISPUTA

O capítulo anterior serviu para que fosse feita a exposição e análise de como se estabeleceu o espaço político-institucional santa-mariense na década de 1950, período anterior ao Golpe Civil-Militar. Igualmente, serviu para conhecermos os partidos protagonistas da disputa entre imaginários, ocorrida na Câmara durante o processo do Golpe e de afirmação do “novo regime”. Essa disputa é o objeto de discussão do presente capítulo. Através das comunicações dos vereadores nas sessões da Câmara, serão encontrados indícios das impressões e posições dos mesmos em relação ao Golpe Civil-Militar de 1964. Essas impressões e posições apareceram e conseguiram unidade através da criação e adesão a um *imaginário*, que, segundo Baczko, é um meio de estabelecer uma “representação global e totalizante da sociedade” (1985, p. 309); “formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.” (Idem, p. 309); e, além disso, é uma das respostas dadas pela coletividade “aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais” (Idem, p. 309).

Partindo dessa conceituação de *imaginário*, será mostrado como os vereadores – especialmente os que aderiram ao Golpe – estabeleceram representações da sociedade brasileira do período, identificaram os inimigos da Nação e responderam ao momento de crise política, de modo a legitimar a derrubada do Presidente. Considerando que a Ditadura Civil-Militar não se estabeleceu somente através da força e da coação, mas também através de um “discurso legitimador” (LIMA, 2013, p. 21), mostraremos a tentativa da construção da legitimidade para o Golpe Civil-Militar no Legislativo Santa-Mariense. Afinal, nas palavras de Bronislaw Baczko “todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo” (1985, p. 310).

Santa Maria era “considerada [...] trincheira trabalhista, e ao mesmo tempo reduto conservador” (KONRAD, 2006, p. 101). Possuía grande contingente militar, mas também um grande número de trabalhadores da Viação Férrea (Idem, p. 101) – por ser, na época, “principal entroncamento ferroviário do estado” (LIMA, 2013, p. 32) – e de estudantes⁴⁷. Entretanto, como demonstrado no capítulo anterior, do ponto de vista político eleitoral, a situação já não era tão favorável aos trabalhistas e à esquerda nacionalista quanto fora na década de 1950. Nas eleições nacionais e estaduais, o PTB já não possuía a mesma força de outras eleições; perdeu um bom número de eleitores após a formação do MTR e também viu

⁴⁷ Segundo Mateus Capssa Lima, os estudantes totalizavam, no ano de 1962, 27.938, considerando todos os graus de ensino. (2013, p. 33).

as forças conservadoras ganharem espaço com o crescimento do PDC, por exemplo. No Legislativo Municipal, a situação acompanhava esse crescimento conservador que ocorria no Rio Grande do Sul.

Conforme dito no capítulo anterior, a Câmara de Vereadores de Santa Maria, que acompanhou os momentos do Golpe, havia sido formada nas eleições de 1963. Contava com uma maioria de oito vereadores do bloco anti-PTB que faziam oposição ao governo municipal. Os vereadores eleitos em 1963 eram: Carlos Renan Kurtz, Homero Behr Braga, Manoel Mallman Filho, Eduardo Rolim, Alexandre da Cruz, Dario Leal da Cunha, e Francisco Lemes – pelo PTB; pelo PSD elegeram-se Luiz Carlos Xavier, Raphael Theodorico da Silva e Antônio Américo Vedoin; pela UPS havia Arthur Marques Pfeifer e Pedro Fernandes da Silveira; o PDC elegeu Abílio Albino Dalla Corte e Dari Amilcare Mortari; e, por último, o MTR contava com Waldir Aita Mozzaquatro. Além desses, muitos suplentes tinham participação ativa nas sessões. São exemplos os vereadores Moisés Velasques, João Adão Corrêa de Mello e Octávio Tomazzi Filho – todos do PTB; Paulo Brillhante, Orestes Dalcin e Joaquim Sangoi – do PSD; Erony Paniz e Nilton Monti – da UPS; e Raphael Xavier Pillar – do PDC. Alguns outros suplentes assumiram mandato, mas sem o mesmo destaque e participação desses vereadores no que tange o tema que está sendo abordado.

2.1 O Imediato Pós-Golpe

Nas primeiras sessões de 1964, os vereadores se detiveram a problemas locais e se colocaram, de certa forma, alheios à situação nacional. A única exceção foi o “requerimento do vereador Moises Velasques (do PTB) e outros, solicitando manifestação à Câmara Federal, de apoio à anistia dos sargentos implicados na rebelião de Brasília”⁴⁸. A referida rebelião foi uma das tantas crises vividas por João Goulart e justamente na “área mais delicada de seu governo, a militar”, como referido por Jorge Ferreira (2003b, p. 370). A questão principal era a luta dos sargentos contra a inelegibilidade de subtenentes, sargentos e cabos das Forças Armadas a cargos parlamentares, prevista na Constituição de 1946⁴⁹. Nas manifestações a

⁴⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata n. 9/64, de 11 de março de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁴⁹ “Em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. [...] O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem uma forma de protesto. O resultado da assembleia não foi apenas realizar um ‘protesto armado’ mas

respeito dessa situação, podemos notar que o posicionamento dos vereadores estava em coerência com sua filiação partidária. Enquanto os trabalhistas como, por exemplo, o vereador Carlos Renan Kurtz, falavam da necessidade de mudar a Constituição⁵⁰, os vereadores conservadores limitavam-se a lamentar a inelegibilidade dos subalternos das Forças Armadas e a criticar as atitudes tomadas pelos sargentos. Serve como exemplo a manifestação do vereador Dary Amilcare Mortari, do PDC: “manifestação a favor do direito de voto e de ser votado, mas contrário a rebelião, por considerá-la injustificável”⁵¹. O requerimento foi rejeitado por oito votos contra sete⁵², justamente o número de conservadores e trabalhistas, respectivamente, presentes na casa. Essa situação demonstra coerência partidária dos vereadores porque, em muitos momentos, os setores liberais-conservadores da sociedade demonstravam aceitar a pauta das reformas, mas, como citado em artigo de Diorge Konrad e Rafael Lameira “sem emoções, paixões subalternas ou interesses escusos” (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 78)⁵³. O próprio vereador Mortari chegou a se manifestar dizendo que sem “reformas cristãs, não haverá democracia”⁵⁴.

As comunicações em relação à política nacional começaram a aparecer com mais frequência na primeira sessão após o Golpe Civil-Militar, no dia 3 de abril, depois de o presidente da Câmara, Valdir Aita Mozzaquatro, ter suspenso a sessão do dia 1º de abril e ter se colocado em estado de alerta por solicitação da bancada do PTB (KONRAD, 2006, p. 102). Podemos dizer que, nessa sessão, começou a se estabelecer a disputa entre o imaginário golpista e anticomunista representado no grupo liberal-conservador *versus* o imaginário trabalhista, ou nacional-estatista, contrário ao Golpe. No início das comunicações desse dia:

o vereador Eduardo Rolim [PTB], em comunicação de líder, afirmou da inconformidade de sua bancada ante o evoluir dos últimos acontecimentos políticos, dizendo da necessidade de um retorno às garantias individuais o mais breve possível. Qualquer postergação – afirma – invalidará o movimento que, em nome da

sim desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão. [...] As forças legalistas invadiram Brasília e, em poucas horas, a insurreição foi sufocada[...]. Apesar do perigo para as instituições, as esquerdas, logo após o motim, passaram a defender os sargentos, agora detidos pelas forças militares.” (FERREIRA, 2003b, p. 370)

⁵⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 9/64, de 11 de março de 1964. Livro de Atas Vol. XVII. “Vereador Renan Kurtz: afirma que a Constituição não serve mais ao povo, e sim o povo tem servido a Constituição e que tem sido um entrave às reformas necessárias para a redenção nacional”.

⁵¹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 9/64, de 11 de março de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁵² Idem.

⁵³ Nesse caso os autores referem-se à manifestação do orador oficial durante o encerramento de Congresso Ruralista realizado na cidade de Santa Maria em 1962. A Reforma especificamente referida é a Agrária. Sobre o tema, ver: NARDY, Flávio Correia. *Paz no campo: a FARSUL, a Reforma Agrária e a Concentração Rural de Santa Maria* (1962). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

⁵⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 18/64, de 17 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

liberdade derrubou um governo, e sustenta a mesma liberdade pela força permanente do poder armado⁵⁵.

Na sessão seguinte, o vereador Carlos Renan Kurtz protestava “contra o totalitarismo que se instalou no país”, além da censura a rádios e jornais e as “vitorias indiscriminadas em residências particulares, afirmando ter a certeza de que um dia, os responsáveis por esse estado de coisas, responderão perante a Justiça do povo”⁵⁶.

As manifestações dos dois vereadores eram tentativas de denunciar a falta de legitimidade do movimento golpista, classificando-o como antidemocrático e totalitário. Além disso, o vereador Eduardo Rolim, mais especificamente, chegou a afirmar que a demora no retorno às garantias individuais “invalidará o movimento”. Para Baczko, a disputa de imaginários opera muitas vezes “através de séries de oposições” (1985, p. 312), como, por exemplo, legitimar/invalidar. Tal qual ocorre nas notícias, artigos e editoriais expostos no capítulo anterior, a disputa entre os imaginários da Casa Legislativa foi basicamente construída em torno de séries de oposições, como a já citada, além de outras como: “justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir;” É necessário destacar, no entanto, que essas oposições “raramente estão isoladas, antes se articulam umas com as outras.” (Idem, p. 312). Levando esse aspecto em consideração, podemos dizer que, além de citar elementos que poderiam invalidar o movimento, o vereador também tentava “perturbar” a tranquilidade dos que haviam sido vitoriosos no dia 1º de abril. Em linhas gerais, a tentativa era de desestabilizar o discurso feito pelos golpistas. É necessário, no entanto, destacar que os discursos e as representações pertencentes a ambos os imaginários nada tem de “ilusórios”, são eles constituintes da realidade. São estratégias do manejo e disputa pela imaginação social, mas não se tratam de mentiras. Partem da “representação global e totalizante” (Idem, p. 309) que esses homens têm do momento que estão vivendo⁵⁷.

Cabe destaque também a manifestação do vereador trabalhista Moises Velasques: “afirmando que os três Presidentes que mais próximos estiveram do povo, foram derrubados por golpes de Estado: Getulio, Janio e Jango. Que se há comunistas no Governo que se os denuncie e prove as irregularidades que vinham cometendo.”⁵⁸. Considerando a afirmação de que a sociedade precisa “imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder” (Idem, p. 310), pode-se dizer que a sociedade ocidental, calcada na democracia liberal, legitima a

⁵⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 15/64, de 3 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁵⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 16/64, de 6 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁵⁷ Segundo Baczko “exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva” (1985, 299).

⁵⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 16/64, de 6 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

chegada de um indivíduo ao poder através das eleições. Nesse caso, podemos ver que o vereador Velasques buscava deslegitimar o Golpe – inclusive chamando-o de Golpe e não de revolução – afirmando que o presidente que foi derrubado estava próximo do povo e que, portanto, seu poder tinha legitimidade, pois afinal, o mesmo havia sido eleito democraticamente. O vereador reclamava o governo anterior como representante de um poder que emanava do povo.

Nessa mesma ata, do dia 6 de abril, podemos ver a primeira manifestação efetiva de apoio ao Golpe Civil-Militar. Em resposta aos vereadores trabalhistas, manifestou-se o vereador Erony Paniz, da coligação UPS, filiado ao Partido Libertador. O vereador tentava desmentir o que foi dito pelos colegas, declarando “que nenhuma liberdade foi cassada, que nenhum direito foi cerceado, e para dizer que o governo democrático que se instalou visa erradicar o comunismo que vinha solapando a Nação”⁵⁹.

Aparece, nessa manifestação, um elemento de extrema importância para entendermos o imaginário defendido pelos vereadores do bloco anti-PTB na Câmara de Santa Maria: o anticomunismo⁶⁰. Como está bem referido em muitas obras sobre esse período da História do Brasil, o anticomunismo era o elemento base no “eixo discursivo” do argumento conservador. (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 73)⁶¹. Dessa forma, o vereador Erony Paniz, procurava em sua comunicação não só refutar a argumentação dos vereadores trabalhistas, mas também justificar a necessidade do Golpe.

Essa comunicação demonstra uma das competências dos imaginários: “formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.” (BACZKO, 1985, p. 309). Para o imaginário anticomunista, o comunismo representava o que havia de pior: ilícito, mal, errado, antinatural, etc., enquanto a “sociedade ocidental e cristã”, que estava sendo defendida, representava o bem, o amor, o certo, o lícito e o natural. (RODEGHERO, 1998, p. 23). O comunismo era o inimigo a ser combatido. Justificava-se o Golpe e, para isso, acusavam-se os comunistas. A justificação do Golpe Civil-Militar através da acusação dos “elementos comunistas” era intensamente repetida pelos vereadores conservadores. Na sociedade “ocidental e cristã” não havia espaço para os “diabólicos” comunistas, portanto, eles deveriam ser excluídos da mesma.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Para conceituar anticomunismo: “conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo.” (BONET, 1986, p. 34 *apud* RODEGHERO, 1998, p. 22).

⁶¹ Dentre tantas obras a respeito do anticomunismo foi usado nessa pesquisa o trabalho de Carla Rodeghero. RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. 2ª Ed. Passo Fundo – RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

Além disso, é importante enfatizar que o vereador do PL procurava evidenciar que o governo instaurado era um governo democrático; esse foi outro recurso para legitimar o que estava acontecendo no País. Para Erony Paniz, bem como para o Bispo Dom Luiz Victor Sartori – cujo discurso está destacado a seguir –, antes de 1º de abril de 1964 “o país estava na ‘iminência de um terrível golpe comunista’ e da supressão de todas as liberdades’.” (KONRAD, 2006, p. 103). Podemos destacar, ainda, que o parlamentar em questão brigava com a realidade para tentar convencer sobre o caráter democrático do que vinha ocorrendo.

Segundo Diorge Konrad

algumas emissoras de rádios locais passaram a transmitir desde Porto Alegre, e em sintonia com a Rádio Nacional, instalada no Teatro de Brasília, a ‘Rede da Legalidade’, ainda no dia 1º de abril. Mas, à tarde, o Comando da 3ª DI [Divisão de Exército] fez essas emissoras silenciarem suas transmissões. (2006, p. 102)

Com essa última informação se evidencia que já estava acontecendo censura desde o primeiro momento de Golpe.

O apoio seguia entre os vereadores conservadores. Nesse caso, a manifestação, além de ser favorável ao Golpe Civil-Militar, exaltava as Forças Armadas por terem cumprido seu papel de defesa da nação: “Vereador Abílio Dalla Corte, dizendo-se tranquilo, pois confia na proteção das Forças Armadas e que tem certeza que, graças a revolução, o Brasil passará a uma nova fase, mais feliz e promissora”⁶². Para a análise da manifestação do vereador Abílio, do PDC, faz-se necessária mais uma referência a Bronislaw Baczko: segundo o autor polonês “em qualquer conflito social grave” seriam “as imagens exaltantes”, “os objectivos a atingir” e “os frutos da vitória procurada” uma condição para a própria ação (BACZKO, 1985, p. 298). O vereador em questão fez-se valer justamente de imagens de um futuro melhor para o Brasil – que segundo seu prognóstico, surgiria a partir da chamada “revolução” – para mobilizar em direção ao apoio ao Golpe. Através de um discurso de fé no processo golpista, o vereador pedecista procurava legitimá-lo.

É necessário, também, destacar o que ocorria em Santa Maria para além da Sala Cel. Valença, local onde ocorriam as sessões do Legislativo. Além de o jornal *A Razão* noticiar que o deputado Ranieri Mazzili era o novo presidente (KONRAD, 2006, p. 103), os setores conservadores da cidade iniciavam a organização do que ficou conhecido como “Marcha do Agradecimento”. Segundo Diorge Konrad: “Ainda no dia 7 de abril, o Bispo Diocesano Dom Luiz Victor Sartori convocou uma marcha de agradecimento às Forças Armadas por terem

⁶² Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 17/64, de 13 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

feito a ‘revolução’ e ‘salvado o Brasil do comunismo’.” (Idem, p. 13). Já na sessão imediatamente posterior a convocação do Bispo, o vereador Paulo Brilhante, do PSD, requeria “apoio ao Comando da 3ª DI e solidariedade a ‘Marcha do Agradecimento’”.⁶³ Além desse fato, no dia 9 de abril havia sido promulgado o Ato Institucional nº 1 (AI-1)⁶⁴ e os vereadores da bancada conservadora logo trataram de falar sobre a necessidade do mesmo como parte importante do processo “revolucionário”. É exemplo o pronunciamento do vereador Orestes Dalcin, do PSD, “homenageando as Forças Armadas, e declarando que o Ato Institucional representa uma norma jurídica (sic) necessária, para evitar a ditadura e realizar a limpeza (sic) que se propõe.⁶⁵”. A Marcha aconteceu, segundo Diorge Konrad, com a participação de centenas de pessoas. Fizeram uso da palavra a professora Nelly Correia de Mello, os coronéis Walter Almeida e Romão Menna Barreto e o reitor da UFSM José Mariano da Rocha Filho; todas as falas estavam cobertas pelo discurso anticomunista (Idem, p. 105).

Na primeira sessão após a Marcha, foi recorrente a saudação a mesma, bem como a continuação dos louvores às Forças Armadas e o movimento golpista. O vereador Orestes Dalcin foi um dos que ocupou a tribuna primeiramente para congratular-se com a Marcha do Agradecimento que, segundo o vereador, coroava “o maior movimento da história brasileira”. O vereador ainda aproveitou seu momento regimental de fala para dizer que as “forças ocultas” haviam sido “desmascaradas e identificadas como os marxistas que infestavam o Governo, os mesmos que hoje procuram confundir-se com os democratas para dar continuação a ‘guerra revolucionária’”⁶⁶. A segunda parte da fala do vereador parece ser uma resposta ao discurso feito pelo vereador Eduardo Rolim. Disse o vereador Rolim

que sua bancada está disposta a colaborar na nova administração federal, apoiando todas as medidas que venham em benefício do povo. Que as medidas forem tomadas sem discriminação, o PTB será o primeiro a reconhecer os méritos do novo Governo. No entanto, afirma, as ‘forças ocultas’ continuam a agir, no apêgo país, e que, mais cedo ou mais tarde se oporão as reformas que, por ventura, vierem a ser feitas⁶⁷.

⁶³ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 17/64, de 13 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁶⁴ O Ato Institucional “instaurava os inquéritos policial-militares (IPMs); suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos, fixava as eleições indiretas para presidente da República para os dias seguintes. Acompanhavam o ato (que na época não era chamado AI-1) várias listas contendo a suspensão de direitos políticos de cidadãos por dez anos, a cassação de mandatos de membros do Legislativo ou de postos executivos e a transferência para a reserva de oficiais das forças militares.” (RODEGHERO, 2007, p. 84-85);

⁶⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 17/64, de 13 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁶⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 18/64, de 17 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁶⁷ Idem.

Vemos, novamente, duas posições que se chocam. Enquanto o objetivo do vereador Orestes Dalcin era tranquilizar o momento vivido, o vereador Rolim tentava “perturbar” a situação de “vitória” da “revolução”. Através de uma posição de desconfiança e cautela, Rolim buscava desestabilizar e questionar a verdadeira efetividade da dita “revolução” na melhoria da situação do povo do Brasil.

A ata nº 18 – onde estão presentes as duas manifestações citadas anteriormente – está repleta de discursos no sentido de felicitar o povo santa-mariense pela realização da Marcha e também glorificar as Forças Armadas enquanto protetoras da Nação. Além disso, são frequentes as declarações em relação às potencialidades da “revolução” para a construção de um futuro melhor para o Brasil. Novamente os discursos realçavam os objetivos desse percurso iniciado pela “revolução”, de maneira a mobilizar o apoio ao Golpe. Essas manifestações, não por acaso, restringiam-se aos vereadores liberais-conservadores, como Joaquim Sangoi, do PSD, Eroni Paniz, do PL e Dari Mortari, do PDC.

É destacável o ataque aos símbolos que representavam o governo deposto. Nessa sessão, o vereador Eroni Paniz, além de se congratular com a “Marcha do Agradecimento”, encaminhou um projeto de lei para que fossem revogadas as leis que concederam os títulos de “Cidadão Santa-Mariense” a João Goulart, Leonel Brizola e Osvino Ferreira Alves, general ligado ao presidente⁶⁸. Levando-se em consideração que os imaginários assentam-se em símbolos, ou sistemas simbólicos (BACZKO, 1985, p. 312), era necessário desmoralizar os símbolos sobre os quais o imaginário defendido pelos trabalhistas estava assentado. O Presidente, bem como o deputado Leonel Brizola, eram representações do projeto nacional-estatista, melhor conceituado no capítulo anterior; como já referido, os imaginários operam através de representações, sendo essas figuras representantes de um imaginário adversário que deveriam ser extirpadas. Além disso, o imaginário golpista não elegeu somente os comunistas como os inimigos da “revolução”.

Na mesma sessão registrada na ata de nº 18, é possível perceber que, ainda que os discursos se voltassem sempre contrários ao comunismo, o PTB não estava livre dos ataques do grupo conservador. Para que se entenda melhor, é necessário enfatizar que “no plano interno dos países capitalistas, o comunismo é associado não apenas aos partidos que o têm como bandeira, mas também, como aconteceu no Brasil, a todos os partidos de esquerda” (RODEGHERO 1998, p. 22). Dessa forma, o PTB era atacado com a “pecha comunista”. Frente ao anticomunismo impregnado na parcela conservadora da época, taxar um adversário

⁶⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 18/64, de 17 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

de comunista era uma forma de desmoralizá-lo, era o mesmo que taxá-lo com todos os adjetivos atribuídos aos comunistas – traidores da pátria, vândalos, blasfemadores, totalitários (Idem, p. 31). Assim, podemos ver os vereadores trabalhistas Alexandre da Cruz e Moises Velasques buscando defenderem a si mesmos, o partido e o próprio presidente João Goulart da referida “pecha comunista”. Desse modo, defendiam-se da desmoralização causada por essas afirmativas ⁶⁹.

A tentativa da desmoralização do Executivo Municipal, que tinha o comando dos trabalhistas Paulo Lauda e Adelmo Genro, também constava nas comunicações dos vereadores conservadores. O vereador do PDC, Abílio Dalla Corte, por exemplo, em manifestação no dia 20 de abril, criticava a ausência de algum representante do poder Executivo na “Marcha do Agradecimento”. Em seguida, recebeu a resposta do vereador Eduardo Rolim, em tom veemente e de ataque ao governo instituído através da “derrubada inconstitucional” do governo Goulart:

com referencia a manifestação do vereador Abilio Dalla Corte declara que ainda cabe aos homens o direito de pensar como desejem, sem dobrar a espinha dorsal. Que, afirmar, apesar da derrubada inconstitucional de um governo e das denuncias dos mandatos populares, ainda os homens públicos podem conservar sua personalidade. Que o Executivo não compareceu a ‘Marcha’, por um ato de coerência, e porque não apoiará o Governo até que as reformulações morais sejam em verdade concretizadas, mas que isso feito, o PTB será o primeiro a reconhecer os méritos da revolução ⁷⁰.

A disputa continua com manifestação de Dari Mortari, do PDC, complementando a fala de Abilio Dalla Corte. Disse o vereador que “foi estranha a não presença do Executivo numa manifestação de apoio e solidariedade ao expurgo dos comunistas dos postos do Governo” e que “estranha que o PTB, antes, não tenha denunciado os ladrões do povo, o que pede agora.” ⁷¹. Podemos ver que a manifestação buscava atacar o Executivo Municipal, além do PTB de maneira geral, tentando colocá-lo como conivente com a participação dos comunistas “traidores da pátria” no governo. Configurava-se em uma franca tentativa de desmoralização. O momento de caça aos comunistas era usado para deslegitimar e atacar o PTB.

Nos dias seguintes, seguiram as tentativas de mostrar que a tranquilidade havia sido restabelecida pela “revolução” e que as medidas tomadas pelo governo do Marechal Castelo Branco serviam para o bem do Brasil, além de declarar a importância do Ato Institucional

⁶⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 18/64, de 17 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 19/64, de 20 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷¹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 19/64, de 20 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

para o afastamento dos comunistas. É de destaque a manifestação do vereador Nilton Monti, da UPS, filiado a UDN. Ao mesmo tempo em que os ataques ao PTB eram frequentes, o referido vereador tentava atenuá-los, dizendo que “revolução vitoriosa no Brasil, não foi dirigida contra partidos políticos”⁷². A fala de Nilton Monti revela mais uma tentativa de demonstrar o caráter democrático que estaria presente no Golpe. Para o parlamentar, a “revolução”, legitimamente, procurava reverter uma situação maléfica para a Nação e não procurava atacar os partidos políticos. É lícito expor, também, outra fala de Abílio Dalla Corte, em que o vereador buscava mobilizar as crenças em direção à confiança no “futuro e nas medidas do Governo Castelo Branco”⁷³. É exemplo da mobilização para a aceitação do imaginário golpista. A perspectiva de futuro e de um trajeto inelutável⁷⁴ através da “revolução” era usada para legitimar a mesma.

2.2 A “Legalização” do Golpe em Santa Maria

A sessão do dia 8 de maio configurou-se como o momento inicial em que Santa Maria legitima “constitucionalmente” o Golpe Civil-Militar. Se o movimento golpista militar agiu de maneira inconstitucional, os parlamentares em todos os âmbitos usaram de artifícios legais para fundamentar o movimento. Foi exemplo disso a declaração de vacância do cargo de presidente da República declarada pelo presidente da Câmara, no dia 1º de abril. Em Santa Maria, a situação foi semelhante. Já na referida sessão do dia 8, o vereador do PDC, Dari Mortari encaminhava “emenda a Lei Orgânica, em seu artigo 43, possibilitando, dessa forma, e regulamentando, a escolha, por votação indireta, do Prefeito e Vice-Prefeito, em caso de vacância dos referidos cargos. Recebeu apertes do vereador Eduardo Rolim, contrariando o encaminhamento.”⁷⁵. Era o início de uma busca pela legalização e legitimação de uma eleição não democrática, frente à possível cassação de Paulo Lauda e Adelmo Genro.

Faz-se importante destacar a denúncia que aparece em comunicação de Eduardo Rolim, dizendo haver um “paradoxo de posições’ por parte de certos integrantes da Câmara,

⁷² Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 22/64, de 27 de abril de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Para Baczkó “sendo todas as escolhas sociais resultantes de experiências e expectativas, de saberes e normas, de informações e valores, os agentes sociais procuram, sobretudo em situações de crise e conflito graves, apagar as incertezas que essas escolhas necessariamente comportam. É assim que estas escolhas são muitas vezes imaginadas como as únicas possíveis e mesmo como impostas por um destino inelutável.” (1985, p. 312).

⁷⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 26/64, de 8 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

procurando se acomodar as situações. Que, neste período, deveria haver intangibilidade das leis, e que, especialmente, por não ter chegado à Casa, nenhum documento cassando mandato do Prefeito.”⁷⁶ A fala do vereador trabalhista foi pontual: nesse momento, os vereadores de oposição ao Executivo Municipal estavam tentando “se acomodar as situações”. Acomodando-se às situações, os vereadores conservadores estavam mais uma vez buscando espaço para a legitimação da Ditadura desencadeado pelo Golpe em Santa Maria.

No dia 11 de maio, então, foi posta em votação a referida emenda. Inicialmente a Comissão de Legislação e Pareceres, após reunião de 5 minutos, deu seu parecer favorável à emenda. Em seguida foi passada para 1ª votação a emenda a Lei Orgânica, que foi aprovada. A sessão foi encerrada e outra convocada para dali cinco minutos⁷⁷. No mesmo dia, mas agora às 22h30min, foi iniciada a outra sessão e a emenda foi aprovada em 2ª votação⁷⁸. Para a terceira apreciação outra sessão foi convocada, para as 22h55min. A emenda foi passada em 3ª votação e aprovada. Após a votação, o vereador Valdir Aita Mozzaquatro, presidente da casa, passou a leitura de telegrama recebido:

Of urgente Presidente Câmara Municipal Santa Maria. L339 CPlanalto Brasília – 345901 NIL 8-20 – 25 SEC 8.56 – TENHO HONRA INFORMAR VOSSÊNCIA EXMO SR PRESIDENTE REPUBLICA ASSINOU DECRETO DATADO ONTEM vg PUBLICADO DIARIO OFICIAL MESMA DATA vg SUSPENDENDO DIREITOS POLÍTICOS vg PRAZO DEZ ANOS vg CIDADÃOS PAULO DEVANIER LAUDA ET ADELMO SIMAS GENRO pt SAUDAÇÕES pt GEN BDA ERNESTO GEISEL SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.⁷⁹

Estavam, portanto, cassados o Prefeito e o Vice-Prefeito de Santa Maria.

Na ata de número 30, também do dia 11 de maio, mas agora às 23h50min, surgiram as primeiras manifestações dos vereadores a respeito da cassação de Paulo Lauda e Adelmo Genro. No início, o vereador Rolim, falando como líder da bancada trabalhista, lamentou o ocorrido. Seu discurso ia no sentido de questionar o acontecido, já que os atingidos pela cassação não tiveram direito de defesa. Sua declaração ainda buscava demonstrar o caráter legítimo do governo trabalhista na cidade que, segundo o vereador, “obteve uma vitória expressiva”, prevendo que, a partir da cassação, haveria “frustração por parte do eleitorado”

⁷⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 26/64, de 8 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 27/64, de 11 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 28/64, de 11 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁷⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 29/64, de 11 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁸⁰. Além de demonstrar o quanto o Executivo Municipal praticava um poder legítimo, o vereador atenta para o caráter antidemocrático do ato de cassação.

Em resposta ao vereador Rolim, outros três parlamentares manifestaram-se para buscar tranquilizar a situação e refutar o discurso do trabalhista: Orestes Dalcin, do PSD, Arthur Pfeiffer, da UPS e Abílio Dalla Corte do PDC⁸¹. Os três convergiam suas declarações ao afirmarem que os atingidos pelo Ato Institucional e pela cassação teriam sim direito de defesa, buscando, assim, legitimar o ato, colocando-o como democrático e perfeitamente legal. O vereador Orestes Dalcin ainda declarou que o “momento é de comoção, até certo ponto, pois marca a culminância da Revolução que atinge nosso município”. O vereador pessedista praticamente congratulou-se com o ataque a democracia em Santa Maria que se configurava através do afastamento do Prefeito e Vice. Além disso, declarava, em tentativa de demonstrar que ainda imperava a democracia, que o “Ato Institucional, legitimou a Constituição brasileira, pois deixou os legislativos abertos, permitindo o direito de escolha”.

Já Arthur Pfeiffer rebatia o discurso de Eduardo Rolim a respeito do grande número de votos do PTB, dizendo que “com as sindicâncias que estão sendo feitas, se ficará sabendo se os votos de grande parte dos brasileiros não era comprado nos guichês das repartições”. O sentido de sua fala foi claro: insinuar que os votos do PTB eram votos comprados.

Por fim, Abílio Dalla Corte repercutiu a grande argumentação dos golpistas de 1964: “a Constituição, assegura, ao definir as finalidades das Forças Armadas, assegura-lhes o direito de defesa da integridade da pátria, seja contra inimigos externos ou internos.”. Reafirmando a legitimidade democrática do Golpe, o vereador acrescentou que “a revolução não é um regime de força” e que “há regozijo [...] por ver o Brasil, mais tranquilo, com mais vontade de progredir.”. Novamente pode-se perceber que a perspectiva de um futuro melhor era usada para justificar e estimular a aceitação do movimento golpista, além de mostrar a dita “revolução” como caminho único para o progresso do Brasil, uma escolha inelutável, como já referido.

Dessa forma, a partir da cassação de Paulo Lauda e Adelmo Genro, caberia aos vereadores eleger o novo prefeito, lembrando que a maioria na Câmara era composta pelos membros do bloco anti-PTB. O processo ocorreu no dia 15 de maio, quando se pode encontrar a manifestação do vereador Eduardo Rolim, de contrariedade a “incumbência que o momento histórico” atribuiu aos parlamentares. Ainda, segundo o vereador, em um “regime

⁸⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 30/64, de 11 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁸¹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 30/64, de 11 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

democrático não caberia tal atitude”⁸². O contraponto feito pelo vereador servia para demonstrar que o governo instaurado a partir do Golpe de 1964, nada tinha de democrático mesmo que, como dito pelo vereador Orestes Dalcin, em sessão anterior, os parlamentos se mantivessem abertos.

Nesse ponto podemos notar a concepção de democracia carregada pelos conservadores. Tudo que ocorria no pré-Golpe não era considerado democrático, “todos os movimentos sociais e políticos que defendiam reformas sociais, direitos dos trabalhadores ou dos sem-terra, eram acusados de comunistas, agitadores, inimigos da ordem” (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 72), em contrapartida, os parlamentos abertos e o poder de eleição exclusivamente indireto, mesmo com o imenso número de cassações, era legitimado pelos mesmos como democrático e, acima de tudo, necessário.

2.3 A Ditadura Ataca a Câmara

No que se seguem os meses, o debate entre os golpistas e legalistas permaneceu intenso na Casa Legislativa Santa-Mariense. A constante repetição do imaginário golpista e anticomunista continuava ganhando força, mas mesmo assim os vereadores trabalhistas seguiam nas tentativas de mostrar as falhas da dita “revolução”. Muitos deles foram afetados por inquéritos e prisões por ordem do Comando Revolucionário. Dentre esses, foram presos os vereadores Manoel Malmann Filho⁸³ e Carlos Renan Kurtz⁸⁴, do PTB, sendo que o primeiro teve seu mandato cassado⁸⁵. Além desses, o vereador trabalhista Octavio Tomazzi Filho foi atingido pelo artigo 7º⁸⁶ do Ato Institucional e foi reformado no posto de Capitão da Brigada Militar.

As declarações dos defensores do Golpe-Civil Militar permaneciam no sentido de desmentir o caráter político do movimento, como no caso do vereador Nilton Monti, repetindo que “Revolução não foi feita contra o PTB, embora a maioria dos elementos chamados aos inquéritos sejam dessa agremiação partidária, por culpa dos altos escalões do

⁸² Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 32/64, de 15 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁸³ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 35/64, de 22 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII

⁸⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 43/64, de 10 de junho de 1964. Livro de Atas Vol. XVII

⁸⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 45/64, de 15 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII

⁸⁶ BRASIL. Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. Art 7º - ficam suspensas, por 6 (seis) meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, GB, 9 abr. 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso em: 17 dez. 2013.

partido, responsáveis por uma situação de desmando.⁸⁷ Além de objetivar a referida “despolitização” do Golpe, o vereador da UPS tratava de tentar desmoralizar o governo trabalhista, que convivia com “uma situação de desmando”, sendo assim justificável a atitude golpista. Os vereadores conservadores, como no caso do pessedista Orestes Dalcin, ainda tratavam de exaltar o caráter de limpeza da corrupção vindo com a Revolução, que ao cassar os direitos do “Senador Juscelino Kubitschek [...] mostrou não temer os poderosos.⁸⁸”

Em contrapartida, os trabalhistas ainda faziam de tudo para desestabilizar e invalidar o movimento. Serve como exemplo disso manifestação do vereador Rolim dizendo que “não concorda quando [...] [as] medidas tem cunho nitidamente político”, pois, segundo o mesmo vereador, a “razão política confirmaria as notícias de jornais estrangeiros (sic) digo estrangeiros de que o país está sendo governado por uma ‘ditadura militar’”⁸⁹. Era clara a tentativa do vereador de invalidar o movimento golpista, fazendo-se valer inclusive de notícias internacionais.

Mesmo afastado do poder e exilado, os golpistas não deixavam de criticar o presidente João Goulart com ataques a sua figura que era representante do imaginário a ser combatido, era um inimigo a ser atacado. Destacavam-se manifestações de Orestes Dalcin, do PSD e Nilton Monti, da UPS, que, em sessão de 28 de agosto, protestavam contra manifesto do presidente, pois o mesmo estaria integrado aos propósitos da subversão⁹⁰. Os vereadores se referiam a um manifesto lançado por Jango em virtude do aniversário de morte de Getúlio Vargas. Complementando as críticas dos dois vereadores anteriores, o suplente do PSD, Aerthe Corsino dos Santos se dizia “contra o manifesto janguista e lamentando também que os agitadores tenham querido se aproveitar da data consagrada ao aniversário do ex-presidente Getúlio Vargas para iniciar a subversão da ordem”⁹¹.

Além dos ataques, todas as críticas ao governo eram imediatamente rebatidas por esses parlamentares. Após o vereador Carlos Renan Kurtz lamentar que “numa situação de fome e desespero [...] o Exército consiga verba [...] para a compra de metralhadoras”⁹², o vereador Orestes Dalcin logo declarou que “bom seria não precisar o Exército de armamentos, para garantir a ordem pública; que bom seria que não houvessem forças de subversão da ordem

⁸⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 38/64, de 29 de maio de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁸⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 42/64, de 8 de junho de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁸⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 44/64, de 12 de junho de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁹⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 68/64, de 22 de agosto de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

pública”⁹³. O contraponto a qualquer crítica e tentativa de invalidar o governo era feito de imediato através de justificativas para os atos do mesmo.

As questões já exploradas nesse capítulo repetem-se durante todas as sessões da Câmara, principalmente repercutindo a situação de crise econômica por parte dos trabalhistas e o “endurecimento” da Ditadura. Isso ocorre, por exemplo, com a denúncia pelo lado do vereador Tomazzi Filho, que dá “conhecimento de notícia da imprensa sobre tortura sofrida na Guanabara por tenente do Exército e com responsabilidade também militar. Que o mesmo vem acontecendo em outros Estados.”⁹⁴. Da mesma forma, como apareciam as denúncias à Ditadura que começava a se delinear, a reafirmação de uma suposta democracia ainda era defendida pelos apoiadores do Golpe de todas as formas: “Vereador Paulo Brilhante [...] relembra que há cem anos atrás, nesta data, tomavam posse os vereadores da Legislatura de 1864, em Santa Maria, congratulando-se com o fato de até hoje persistir no Brasil o regime democrático⁹⁵”.

Nas últimas sessões de 1964, mais exatamente no dia 10 de dezembro, podemos inferir através de declaração do vereador Renan Kurtz, que as sessões do Legislativo estavam sendo monitoradas por representantes do Serviço Secreto do Exército. Só podemos fazer essa inferência, pois o dito vereador declara que, talvez, devido ao não comparecimento dos agentes nas duas últimas sessões, os responsáveis por aquele Serviço “tenham compreendido de que estavam fazendo uma coação indireta aos Legisladores da Câmara.”⁹⁶. Apesar de estarem sendo monitorados – e infelizmente, através das Atas não podemos saber desde quando – os vereadores representantes do projeto liberal-conservador permaneciam reafirmando o caráter democrático “regime” instaurado em abril. Como já demonstrado, essa afirmação, como tantas outras, faziam parte de uma necessidade de consolidar o imaginário surgido a partir do anticomunismo e do Golpe às instituições democráticas. A Ditadura precisava se consolidar não só como poderosa, mas também como legítima. Para isso, seus apoiadores atacavam tudo que não fizesse parte das suas representações da realidade e da sociedade que formavam o imaginário golpista. Esse imaginário, que ganhava ecos na Câmara Municipal, determinava quais os trajetos seriam seguidos, propagandeava uma representação

⁹³ Idem.

⁹⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 74/64, de 14 de setembro de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁹⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 81/64, de 30 de setembro de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

⁹⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria. Ata 119/64, de 10 de dezembro de 1964. Livro de Atas Vol. XVII.

de sociedade, dava respostas a qualquer instabilidade ou conflito e identificava quem deveria estar *dentro* ou *fora*, quem eram os *amigos* ou *inimigos*.

CONCLUSÃO

Nos anos finais da década de 1950, o Brasil encontrava-se em um momento de acirramento das posições político-ideológicas. No Rio Grande do Sul e em Santa Maria, a situação não era diferente.

A partir da tentativa de golpe em 1961, a defesa de dois projetos antagônicos fez-se clara: o projeto nacional-estatista ou nacional-desenvolvimentista *versus* o projeto liberal-conservador. O primeiro apoiado pelos movimentos populares: trabalhadores, através do CGT; estudantes, através da UNE; trabalhadores sem-terra, através das Ligas Camponesas; e até mesmo pelo PCB que estava na ilegalidade; além de setores nacionalistas das Forças Armadas. Esse projeto era defendido no âmbito político-institucional, principalmente pelo PTB.

Já o segundo contava com a sustentação dos grupos que tradicionalmente se colocavam ao lado da conservação da ordem social e da desconfiança em relação a movimentos sociais e participação popular: eram grandes industriais, as autodenominadas, no Rio Grande do Sul, “classes produtoras”, membros da classe média, boa parte da Igreja Católica e membros dos altos escalões das Forças Armadas. Os partidos que faziam oposição a esse projeto e ao PTB eram a UDN – partido cujo líder, Carlos Lacerda, esteve presente em todas as tentativas golpistas entre 1955 e 1964 –, também o PL, o PDC, o PRP, entre outros partidos de menor destaque. No Rio Grande do Sul, ainda se somava a esse grupo o PSD. A partir de 1959 adere também a esse grupo a dissidência trabalhista que funda o MTR.

Sobre esse terreno social, político e ideológico, procuramos entender como se deu a disputa política e o apoio de membros do Legislativo ao Golpe Civil-Militar na cidade de Santa Maria. A bibliografia já dava conta de especificar que Santa Maria era uma cidade dividida: possuía grande número de ferroviários, como também era reduto conservador. Analisamos, então, estatísticas eleitorais nacionais e estaduais, bem como os resultados eleitorais para a Câmara Municipal e Prefeitura nos anos anteriores a 1964. Esse período e as “flutuações” eleitorais foram importantes para entendermos como a Legislatura, eleita em 1963, possuía maioria conservadora.

Podemos concluir que, com a consolidação do PTB, a partir de 1947, esse sempre se manteve forte na cidade. Em 1951 e 1955, o prefeito eleito era do PTB e, só com as coligações liberais-conservadoras, sua maioria era posta a prova. O equilíbrio passou a ser

maior na segunda metade da década de 1950, com o surgimento do PDC e do MTR. Esses dois partidos deslocaram votos de todos os outros já estabelecidos: tanto do PTB quanto de PSD, UDN, PL, PRP, PSP, etc. No entanto, PDC e MTR somaram-se ao bloco liberal conservador anti-PTB e, dessa forma, “devolviam” os votos que retiravam de seus aliados. Já os votos que eram deslocados do PTB não retornavam. Essa situação proporcionou, na cidade, o fortalecimento de uma cultura política conservadora.

Além da situação político-institucional, podemos ver a veiculação no principal periódico local, o jornal *A Razão* – pertencente aos *Diários Associados* – de um imaginário que representava o projeto liberal-conservador. Tanto com notícias e artigos reproduzidos de outras partes do País, como com as que eram produzidas localmente, o referido jornal contribuiu para a disseminação de uma perspectiva contrária ao projeto nacional-estatista, que com o tempo, foi se transformando em perspectiva contrária aos movimentos populares, às esquerdas, ao PTB e ao governo do presidente João Goulart.

Em 1959, o PTB perdeu pela primeira vez nas eleições para a prefeitura; em 1960, Jango perdeu, na cidade, para Fernando Ferrari do MTR, nas eleições para vice-presidente. Em 1963, o PTB enfrentou sua terceira derrota na cidade, a primeira derrota em âmbito parlamentar. A maioria na Câmara ficou com as forças conservadoras que contavam, não por coincidência, com dois vereadores do PDC e um do MTR.

Dessa forma concluímos que, quando o Golpe ocorreu em 1964, a disputa no Legislativo Municipal para legitimá-lo ou invalidá-lo foi acirrada, mas o campo era muito mais favorável ao projeto conservador. Os vereadores liberais-conservadores não tiveram constrangimentos para justificar o movimento golpista que havia ocorrido com todos os argumentos que eram o eixo central das críticas feitas por esse grupo: o anticomunismo e a falta de autoridade do presidente João Goulart. Em contraposição, os vereadores trabalhistas atentavam para a falta de legitimidade e de caráter democrático do mesmo. Pela força, então, foram derrubados prefeito e vice-prefeito e pelas manobras políticas foram eleitos novos, indiretamente. O Golpe foi abraçado pelos vereadores conservadores de Santa Maria

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In. LEACH Edmund et all. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de oistoriador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei nº 1.444**, de 29 de setembro de 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1444-29-setembro-1951-362074-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. Art 7º - ficam suspensas por 6 (seis) meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, GB, 9 abr. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso em: 17 dez. 2013.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; n. 15, v. 4, p. 679-984.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In. GERTZ, René (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET et all. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

KONRAD, Diorge Alceno. Sequelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In. PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Movimento estudantil e direita civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NARDY, Flávio Correia. **Paz no campo: a FARSUL, a Reforma Agrária e a Concentração Rural de Santa Maria (1962)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1998.

_____. Reflexões sobre história e historiografia da Ditadura Militar: o caso do Rio Grande do Sul. In. **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA** – ANPUH-RS, 3, 2008, São Leopoldo. In. Anais... Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

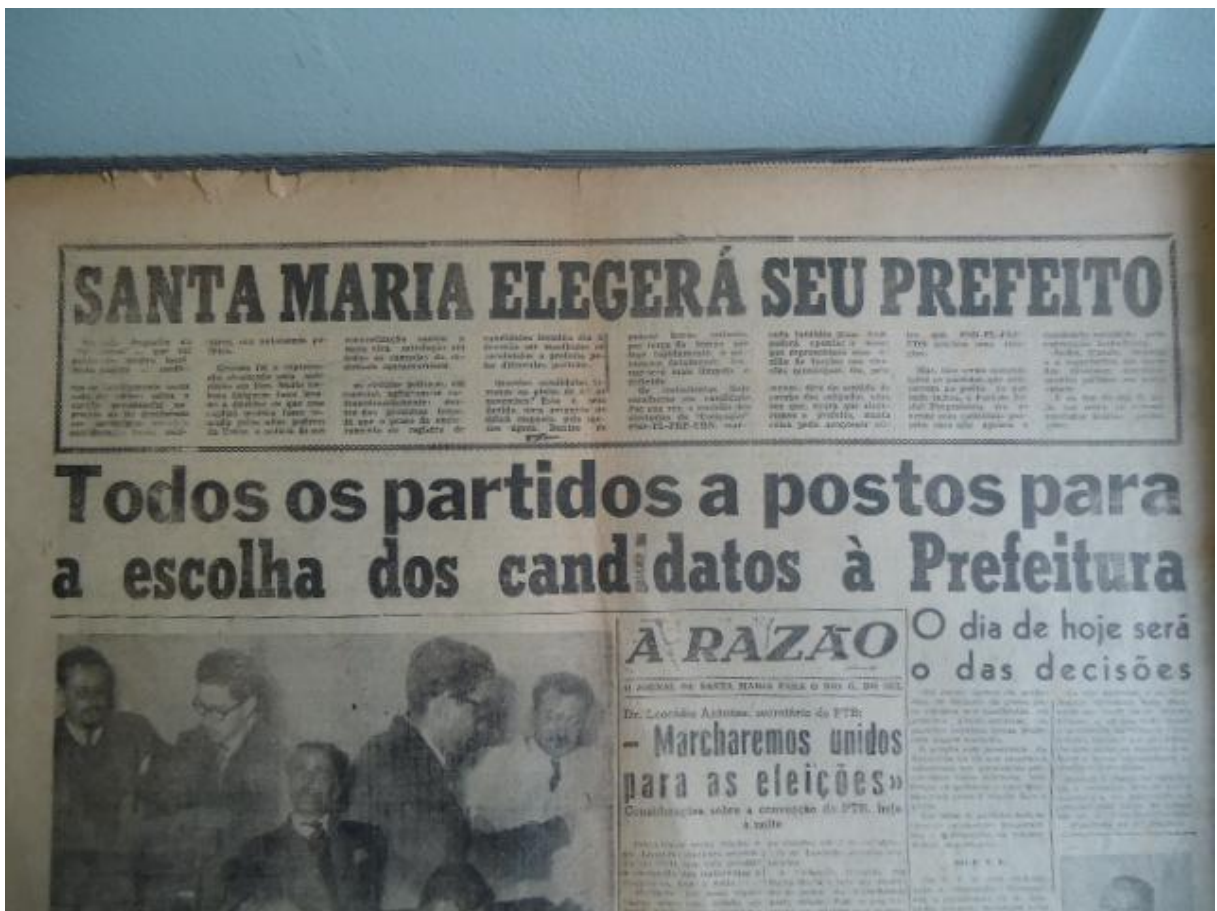
TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. Dossiê Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964), v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH-CNPQ, jan. a jun. de 2004.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

ANEXOS

Anexo A – A Razão de 3 de outubro de 1951 comemorando a possibilidade de Santa Maria eleger seu prefeito



Anexo B – Ata 3/52, página 3, manifestação do vereador do PSP. Pedro Veríssimo Gomes Filho. colocando-se ao lado dos liberais-conservadores

seguir, por em votação o parecer favorável do vereador Rubens Corrêa - Krob, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. Determinou a segunda - discussão do projeto, para a próxima sessão da Câmara Plena. Em conti - nuação, com a palavra, o vereador Hélió Helbert dos Santos, apresentou à Casa um relatório, em nome da Comissão Ocasiõal encarregada do estudo da alta do custo da vida. Depois de ter feito a leitura do relatório, o vereador Hélió Helbert dos Santos requereu que o mesmo fosse endereça - do ao Executivo, como resolução da Casa. O vereador Jorge A. Mottgecy com a palavra pela ordem, pediu que constasse da ata da presente sessão que a transformação do relatório em resolução, trata-se de um caso especial de vez que as resoluções têm a mesma tramitação dos projetos de lei. O vereador Moacir Santana com a palavra propôz que a transformação do re - latório em sugestão ao executivo, resolveria o assunto. Posto em votação a sugestão do vereador Moacir Santana, foi aprovada por unanimidade. Em explicação pessoal, com a palavra, a vereadora Helena Ferrari Teixeira, protestou contra as expressões um tanto pesadas usadas pelos líderes das duas bancadas oposicionistas, feitas ao governo trabalhista da cidade. - Disse a vereadora Helena Ferrari Teixeira, que tem presenciado o esforço e o dinamismo do Executivo Municipal para a solução dos problemas da ci - dade, e que de sua parte tem dado o melhor do seu entusiasmo e trabalho para que este Governo realiza o que o povo espera. Deixou o seu protes - to veemente ante as expressões um pouco descorteses e de pouca ética dos colegas da oposição. O vereador Pedro Verissimo Gomes Filho, com a - palavra, disse que as expressões do colega Hélió Helbert dos Santos, são também as expressões do Partido Social Progressista, do qual é o repre - sentante na Casa. A vereadora Helena Ferrari Teixeira, em vista das de - clarções do colega Pedro Verissimo Gomes Filho, estendeu ao P.S.P o - seu protesto. Com a palavra em explicação pessoal, o vereador Hélió Hel - bert dos Santos, disse que talvez as expressões que tenha usado possam - ser consideradas pesadas, mas que as considera adequadas. Disse o vere - ador Hélió Helbert dos Santos que, quanto a palavra falta de ética empre - gada pela vereadora Helena Ferrari Teixeira, não aceita e até submete a apreciação da Casa se faltou ou não com a ética. O vereador Moacir San - tana, a seguir, também em explicação pessoal, congratulou-se com o co - lega Hélió Helbert dos Santos, pela apresentação do relatório da Comis - são Ocasiõal, que é um roteiro muito prático que porá uma barreira a - manobra altista. A seguir o Sr. Presidente declarou encerrada a presen - te sessão, e convocou uma outra para o próximo dia 15 do corrente com - Ordem do Dia a ser posteriormente designada. Sala das Sessões da Câmara de Vereadores, 4 de abril de 1.952.

Anexo C – Artigo no jornal *A Razão* clamando pela caça ao PTB

na Frente Democrática do Pampa

GUERRA SEM QUARTEL AO P. T. B. — REFLEXOS NOS MOVIMENTOS INICIAIS PARA O LANÇAMENTO DA CANDIDATURA KUBITSCHKEK, NA BASE POPULISTA DO P. T. B. -- A RECUPERAÇÃO DO CATETE E A REALIDADE DE 3 DE OUTUBRO

Por ERNESTO CORRÊA

PORTO ALEGRE, 5 (Meridional) — Pode-se considerar como já definida a posição da Frente Democrática riograndense (PSD-PI-UDN) em presença dos primeiros rodeios de amaciamento do problema sucessório federal: guerra de extermínio ao trabalhismo. Inequivocas têm sido, nesse sentido, as manifestações públicas e privadas, dos chefes da coligação tri-partidária. Estimulado por duas vitórias consecutivas contra o mesmo inimigo comum, o apetite frentista aguçou-se o bastante para contemplar como fato natural um terceiro triunfo — o Catete.

Ocorre nos Pampas sulinos um curioso fenômeno de transferência. O "pelo duro" gaúcho de ontem, nasceu, viveu, brigou e morreu "maragato" (oposição) ou "pica-páu" (situação), seguindo o signo trazido do berço. Intransigente, inconciliável, irredutível sempre. Pouco afeito aos sortilégios da matemática, jamais aprendeu o exato conteúdo dos chamados denominadores-comuns, enfemismo tão em voga nas ocasionais tentativas de desarmamento dos espíritos. Amolentado, às vezes, por uma monotona inatividade partidária, nos raros hiatos de ordem moral que tivemos, ensarilhou as armas, conteve a apalvorada belicosidade alimentada a carne meio crua para um bivaque temporário, nas pelejadas intermináveis. Mas logo acordava para a luta, ao chamamento cúmico do sangue. Era o seu destino gláucico, a sua vida. E' o que faz agora, e com aquele mesmo entusiasmo ardente e indomável que o inscreveu respeitado e tentado nas páginas da história.

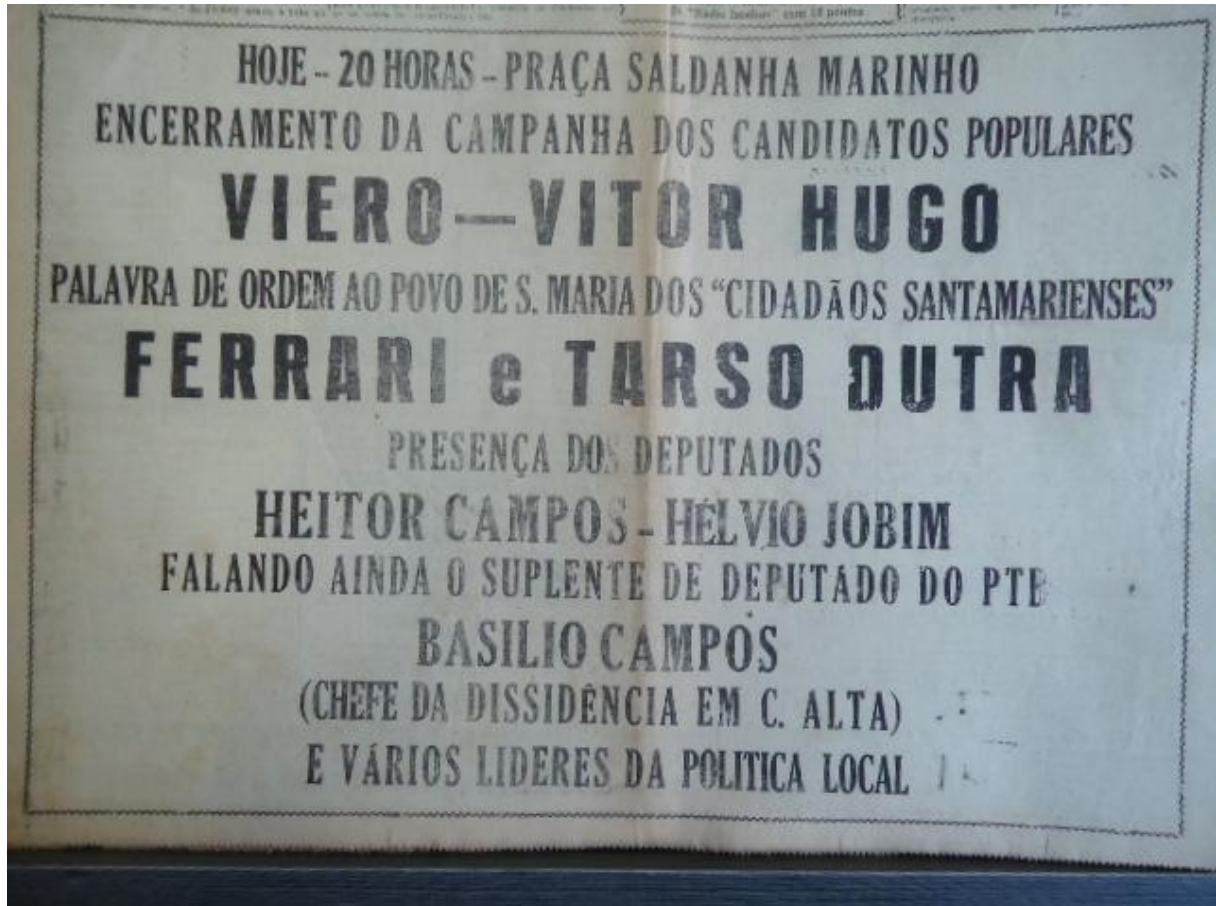
CAÇA AO P. T. B.

A caça a que hoje se dedica o "pelo duro", com a alma em brasa tem outro nome apenas: chama-se PTB. As barreiras que separavam a fonte

No impulso incoercível que conduz o gaúcho ao combate implacável a qualquer forma de ameaça organizada aos seus princípios estabelecidos de comunidade, encontrou a nova combinação partidária a fonte

mentalidades que ontem se degladiavam com a áspera violência que choques consecutivos cada vez mais exarcebavam? Um punhado de homens intrépidos decifrou o enigma — Valtér Peracchi Barcelos.

Anexo D – Convite para o comício de encerramento da campanha dos candidatos da coligação anti-PTB. Destaque para a presença de Fernando Ferrari



Anexo E – Notícia sobre o apoio dos líderes do PSP na cidade a candidatura de Viero e Vitor Hugo



Anexo F – Ata que contém o telegrama comunicando a cassação do prefeito Paulo Lauda e do vice-prefeito Adelmo Simas Genro

ATA nº 29/64.-

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, no recinto da Sala Coronel Valença da Câmara de Vereadores, as 22,55 horas reuniu-se, em sessão extraordinária o Poder Legislativo Santamariense, sob a presidência do vereador Valdyr Aita Mozzaquatro. Compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes vereadores: Carlos Renan Kurtz, Alexandre da Cruz, Moises Velasques, Paulo Brilhante, Pedro Fernandes da Silveira, Homero Braga, Luiz Carlos Xavier, Jose Adão Correa de Mello, Valdyr Aita Mozzaquatro, Dario Leal da Cunha, Arthur M. Pfeiffer, Abilio Dalla Corte, Dari Mortari, Eduardo Rolim e Oreste Dalcin. O sr. Presidente dispensou a leitura da ata das sessões anteriores, por não haver tido tempo de confecção das mesmas. Não houve expediente para ser lido. Na ORDEM DO DIA, foi apreciada em terceira decisão a emenda ao artigo 43 da Lei Organica do Município, tendo sido proclamado o seguinte resultado após a votação secreta: unanimidade, 15 a 0. Depois de proclamado o resultado o sr. Presidente lê um telegrama recebido e que tem o seguinte teor: " Of urgente Presidente Câmara Municipal Santa Maria. L 339 CPlanalto Brasília - 345902 NIL 8-20 - 25 SEC 8.56 - TENHO HONRA INFORMAR VOSSÊNCIA EXMO SR PRESIDENTE REPUBLICA ASSINOU DECRETO DATADO ONTEM vg PUBLICADO DIARIO OFICIAL MESMA DATA vg SUSPENDENDO DIREITOS POLÍTICOS vg PRAZO DEZ ANOS vg CIDADÃOS PAULO DEVANIER LAUDA ET A DELMO SIMAK RENRO pt SAUDAÇÕES pt GEN BDA ERNESTO GEISEL SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL" - Nada mais havendo para constar foi encerrada a presente sessão, para dentro de dez minutos, para a apreciação do telegrama acima transcrito. E, para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai devidamente assinada. Sala Cel. - Valença da Câmara de Vereadores, em 11 de maio de 1964.

Luiz Carlos Xavier
Luiz Carlos Xavier
Adelmo Simas Genro